

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LÍVIA MACHADO COSTA

**AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO
SÉCULO XXI**

Porto Alegre

2016

LÍVIA MACHADO COSTA

**AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO
SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Duarte

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Livia Machado
As Atuações de Brasil e China em Angola e
Moçambique no Século XXI / Livia Machado Costa. --
2016.
91 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Angola. 2. Moçambique. 3. Atuação brasileira. 4.
Atuação chinesa. I. Duarte, Érico Esteves, orient. II.
Título.

LÍVIA MACHADO COSTA

**AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO
SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Duarte – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

*À minha família, Bernardete, Tadeu e Gabriel,
por todo o amor e apoio prestados.*

AGRADECIMENTOS

A empreitada de fazer este trabalho não teria sido possível, em primeiro lugar, sem ter vindo morar em Porto Alegre há cinco anos. Era 2011 e o início do ano me fazia pensar com constância o porquê de ter saído de um lugar que já era quente para vir morar em outro ainda mais, com uma cultura diferente da minha e em uma situação de muito menos conforto. Cinco anos depois, acredito ter chegado a uma resposta e o carinho que nutri por Porto Alegre me fez acreditar que, conforme a canção de Marisa Monte, *todo lugar tem o seu aqui*. Muito obrigada.

Este trabalho não teria sido possível sem o acesso a uma universidade pública e de qualidade, financiada pela população brasileira. Sinto-me honrada e em dívida, especialmente pela carga de privilégio que isso exige. Espero dar o retorno que o Brasil tanto merece. Ademais, sou imensamente grata por ter estudado na UFRGS, uma instituição de excelência que precisará resistir frente aos cortes na educação que irão ocorrer nos próximos anos. Agradeço aos professores desta casa com quem tive o prazer de ter aulas que pautavam a importância de um retorno à comunidade e a constante luta que devemos travar para fazer do Brasil um país mais próspero e menos desigual. Especialmente a professora Glaucia Campregher por incitar uma curiosidade ferrenha e a constante dialética de “a igualdade na diferença, e a diferença na igualdade”.

Obrigada ao meu orientador, professor Érico Duarte, por toda a paciência e solicitude que demonstrou durante o processo de realização deste trabalho. Por sempre ter estado disponível, pelo voto de confiança depositado em mim quanto a este tema e por toda a bibliografia recomendada. Igualmente fico muito feliz de ter tido o professor Cepik e professor José Miguel em minha banca examinadora. Obrigada pelos comentários construtivos que fizeram e por serem pessoas abertas a conversas e se importarem verdadeiramente com a construção de um país mais justo. Um agradecimento especial a Emílio Jovando Zeca que, muito gentilmente, se dispôs a ler o meu trabalho e teceu comentários que me ajudaram a aprimorar a pesquisa e a me sentir mais confiante. Desejo que ele seja muito feliz em seu tempo no Brasil! Agradeço também à minha família pelo apoio incondicional desde o início. Aos colegas de turma de RI que, com personalidades distintas e inteligências invejáveis, criaram um ambiente propício para o crescimento acadêmico e, acima de tudo: de um constante aprender a ser tolerante e acreditar nas pessoas.

Todo percurso tem seus momentos de cansaço e desistência que, quando com boas companhias, é capaz de botar vacas no espaço como os mineiros de Drummond. Obrigada aos

meus “Amigxs” pelo humor infinito, o ombro amigo, as risadas mais inapropriadas, as conversas inteligentes, o companheirismo para fazer desde nada a divagações sobre aplicativos que um dia hão de nos fazer milionários. Alice, Lerx, Jordy, Luana, Lucas e Veka, vocês fizeram desses anos da faculdade maravilhosos e bem mais leves. Cada um de vocês, a seu modo, sensibilidade e humor que adoro, me ajudaram a amar estar aqui e a não levar tudo tão a sério. Também gostaria de agradecer ao apoio do Marcelo, uma pessoa de coração imenso, um amigo leal e de uma inteligência maravilhosa que espero ter na vida por muito tempo. Um agradecimento aos meus amigos que estão pelo mundo, seja os que fiz na China ou os de Manaus, pela doçura, amizade e por me inspirarem a ser uma pessoa melhor a cada dia. E um agradecimento especial à Joanna que, nestes quase dois anos, tem me ensinado que o mundo é uma imensa aventura e que os oceanos, para além de nos separar, criam meios para celebrar o amor e a alegria.

"The advantage of economic growth is not that the wealth increases happiness but that it increases the range of human choice. Wealth would increase happiness if it increased resources more than it increased wants, but it does not necessarily do this."

William Arthur Lewis.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a fazer uma análise das inserções de Brasil e China em Angola e Moçambique, pautada pela hipótese de que a maneira como as duas potências emergentes atuam nos países africanos supracitados pode vir a ser antagônica em longo prazo. Para atingir esse objetivo, primeiramente foi realizada uma revisão histórica da ação de Brasil e China no continente africano, com o intuito de identificar condicionantes estruturais e diagnosticar seu atual estado de relações. Em seguida, delineou-se a pesquisa em dois estudos de caso específicos na África Meridional, Angola e Moçambique, cujos roteiros analíticos enquadram cinco elementos, sejam eles: perspectiva histórica da presença de cada potência emergente nos países africanos supracitados; análise de comércio e investimentos; projetos; empresas atuantes; e desafios. Solidificado por uma revisão bibliográfica, o trabalho também teve como alicerces a utilização de documentos primários, relatórios elaborados por instituições internacionais e consultorias. Conclui-se com os estudos de caso específicos mencionados que as performances de Brasil e China têm motivações diferentes e por vezes conflituosas quando mencionada a disputa por projetos nos países em questão.

Palavras chave: Angola. Moçambique. Atuação brasileira. Atuação chinesa.

ABSTRACT

This work intends to analyze the capacity of inserting of Brazil and China in Angola and Mozambique. The working hypothesis is that the approach of the emerging powers in the abovementioned African countries has the potential to be antagonistic in the long term. In order to reach this goal, a historical review of Brazilian and Chinese relations with the African continent was first presented, in order to identify structural constraints and to diagnose their current state of relations. Next, the research was conducted with two case studies in Southern Africa, Angola and Mozambique, summarized in five frameworks: historical perspective of the presence of each emerging power in the abovementioned African countries; trade and investment analysis; projects; operating companies; and challenges. Based on a bibliographic review, the paper also researched a series of primary resources, including official documents and data made available by international institutions and consultancies. In conclusion, regarding the performances of Brazil and China in Angola and Mozambique, it is possible to acknowledge different and conflicting motivations with respect to the dispute for projects in the countries in question.

Keywords: Angola. Mozambique. Brazilian performance. Chinese performance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Investimento Direto chinês na África	22
Gráfico 2 - Comércio Brasil-África de 1985 a 1990	25
Gráfico 3 - Fluxo comercial Brasil-África (2000 - 2010)	27
Gráfico 4 - Comércio Brasil-África (2011 a 2016)	28
Gráfico 5 - Tendência do fluxo de comércio Brasil-África durante o governo Lula e o governo Dilma	29
Gráfico 6 - Comércio chinês com Angola	33
Gráfico 7 - Origem dos maiores Investimentos Externos Diretos de Angola	33
Gráfico 8 - Investimento setorial chinês em Angola de 2005 a 2015.....	35
Gráfico 9 - Origem da importação de petróleo da China	36
Gráfico 10- Composição da Pauta Exportadora da China para Angola	41
Gráfico 11 - Exportações angolanas para o Brasil	45
Gráfico 12 - Comércio brasileiro com Angola	46
Gráfico 13 - Comércio moçambicano com a China entre 2011 e 2015	56
Gráfico 14 - Composição da pauta exportadora chinesa para Moçambique de 2013 a 2015...57	
Gráfico 15 - Pauta exportadora de Moçambique para a China em 2014.....	57
Gráfico 16 - Investimento setorial chinês em Moçambique de 2005 a 2015	58
Gráfico 17 - Principais Investimentos Diretos Estrangeiros em Moçambique	66
Gráfico 18 - Comércio brasileiro com Moçambique.....	65
Figura 1 - Principais empresas brasileiras atuantes na África	49
Figura 2- Área de atuação do Projeto ProSavana	69
Gráfico 19 - Pauta exportadora de Moçambique para o Brasil	67
Gráfico 20 - Composição da pauta exportadora brasileira para Moçambique	68

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
ADS	– Status de Destino Aprovado
ALCA	– Área e Livre Comércio das Américas
APEX	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA	– Cúpula América do Sul-África
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADFund	– China-Africa Development Fund
CICD	– Comitê Interino Conjunto de Defesa
COFIG	– Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
COREMO	– Comitê Revolucionário de Moçambique
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	– Estados Unidos da América
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIOCRUZ	– Fundação Oswaldo Cruz
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	– Frente de Libertação de Moçambique
HIV	– Vírus da Imunodeficiência Humana
IBAS	– Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
MACAU	– Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
MDIC	– Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONUMOZ	– Operação das Nações Unidas em Moçambique
OPEP	– Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	– Organização da Unidade Africana
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PALOPs	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAPOMO	– Partido Popular de Moçambique
PCC	– Partido Comunista Chinês
PEI	– Política Externa Independente

PIB	– Produto Interno Bruto
PNE	– Plano Nacional de Exportação
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNCTAD	– Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNITA	– União Nacional para a Independência Total de Angola
ZEEs	– Zonas Econômicas Especiais PCC

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A PRESENÇA DO BRASIL E DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO.....	18
2.1	A presença chinesa no continente africano	18
2.2	A presença brasileira no continente africano.....	23
3	AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM ANGOLA	30
3.1.1	Breve histórico da atuação da china em Angola.....	30
3.1.2	Comércio e investimento chineses em Angola	32
3.1.3	Projetos	36
3.1.4	Empresas atuantes.....	38
3.1.5	Desafios	38
3.1.6	Conclusões preliminares	40
3.2	A presença brasileira em Angola.....	42
3.2.1	Breve histórico da atuação brasileira em Angola	42
3.2.2	Comércio e investimento brasileiros em Angola.....	44
3.2.3	Projetos	47
3.2.4	Empresas atuantes.....	48
3.2.5	Desafios	50
3.2.6	Conclusões preliminares	50
4	AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM MOÇAMBIQUE	53
4.1.1	Breve histórico da atuação chinesa em Moçambique.....	53
4.1.2	Comércio e investimento chineses em Moçambique.....	55
4.1.3	Projetos	59
4.1.4	Empresas.....	60
4.1.5	Desafios	61
4.1.6	Conclusões preliminares	62
4.2	A presença brasileira em moçambique.....	63
4.2.1	Breve histórico da atuação brasileira em Moçambique.....	64
4.2.2	Comércio e investimento brasileiros em Moçambique.....	65
4.2.3	Projetos	68
4.2.4	Empresas atuantes.....	71
4.2.5	Desafios	72
4.2.6	Conclusões preliminares	72
5	CONCLUSÃO.....	74
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A manhã recém havia começado quando o avião da *Etihad Airlines* passou sobre o relevo montanhoso da China. Era setembro de 2014 quando cheguei a Pequim para estudar chinês por um ano na CUC¹; eu, que sequer sabia como pedir socorro em mandarim ou escrever um simples 你好. Todas as coisas tinham uma proporção homérica: das avenidas e viadutos a presenças cotidianas como as filas do metrô às 18h. A constante sensação de estranhamento diário, a comida apimentada, o banheiro sem um vaso sanitário, a sensação de impotência e vulnerabilidade por não conseguir ler absolutamente nenhuma placa. Aos poucos, o que era cotado como *estranho* ganhou a graciosidade de *diferente*, e foi com esse despertar em diante que me abri cada vez mais para essa complexa civilização milenar. Embarquei em uma série de viagens pelo país, do mais ao norte em Huhouhate (localizada na Mongólia Interior) a Jinghong, cidade limítrofe com o Laos. No *campus* da universidade, isso se traduziu em conhecer pessoas de várias partes do mundo, como da Ásia Central, Sudeste Asiático, Leste Europeu, latino-americanos e russos. E, curiosamente em número muito superior a de qualquer outro lugar: os africanos.

De acordo com o Ministério da Educação da República Popular da China, mais de 12,000 africanos já realizaram seus estudos de ensino superior no país, com um a taxa média de crescimento anual de 20% (CENTRE FOR CHINESE STUDIES - CCS, 2012, p.10). Tal ação está associada a dois elementos principais, sejam eles:

- a) uma macropolítica de fortalecimento das relações econômicas sino-africanas coadunada, de início, à expansão da globalização a partir de 1980 e seu efeito segregante sobre as economias de terceiro mundo frente aos centros financeiros globais;
- b) a premente necessidade chinesa de obter aliados frente ao ostracismo produzido por potências ocidentais quando dos eventos da Praça Tian'an'men em 1989² e;
- c) o fim da autossuficiência energética chinesa em 1993 (OLIVEIRA, 2007), condição que tencionou o país a buscar novas fontes de fornecimento

¹ Universidade de Comunicação da China.

² Mais conhecido como “Massacre da Praça da Paz Celestial”, este evento caracterizou-se por uma série de manifestações lideradas por estudantes, intelectuais e elementos dissidentes do Partido Comunista Chinês (PCC) da China contra a corrupção, o regime repressivo imposto pelo governo e a lentidão das reformas econômicas. Os protestos foram reprimidos violentamente pelo governo e ganharam notoriedade internacional.

energético além do Oriente Médio, haja vista a série de conflitos e a forte atuação de empresas dos Estados Unidos nessa região (TAYLOR, 2006).

Por conseguinte, é possível afirmar que tem havido um crescimento do fluxo diplomático entre a China e o continente africano haja vista conjuntura supracitada. Como futura internacionalista, é fundamental questionar-me sobre os efeitos dessa reaproximação sobre o Brasil, haja vista que, em primeiro lugar, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) a China é o principal parceiro comercial brasileiro (BRASIL, 2016a); em segundo lugar, a relação Brasil-África é um elemento fundamental na estratégia multipolar de cooperação Sul-Sul que teve um grande impulso durante o governo Lula. Portanto, coube tecer um quadro analítico sobre as diferentes formas de atuação brasileira e chinesa na África, e de que modo elas poderiam vir a ser complementares ou antagônicas.

Para realizar tal fim, a pesquisa teve como ponto de partida analisar a atuação do Brasil e da China na África Ocidental, tendo como hipótese inicial de que a presença dessas potências emergentes na região poderia vir a ser antagônica em longo prazo; esta hipótese fora formulada visto que os países têm aumentado os investimentos na porção ocidental da África — região de relevantes recursos energéticos e minerais, elementos fundamentais para o domínio do Centro de Decisão Energética³ de um Estado (OLIVEIRA, 2012). Ademais, a notória presença de grandes empresas brasileiras e chinesas em diversos setores de infraestrutura, mineração e energia no continente sugeriam uma forte disputa de mercados e possíveis arestas diplomáticas quanto à projeção de poder de cada país. Associada a isso, a hipótese inicial era composta por mais uma premissa, qual seja, a da importância da África Ocidental para o entorno estratégico brasileiro e cooperação Sul-Sul (SARAIVA, 2015), notadamente com vistas à reativação da IV Frota dos EUA⁴ no Atlântico Sul e da proteção ao Pré-Sal. Com destaque a partir da política africanista de Lula, uma série de arranjos

³ Oliveira desenvolve o conceito de Centro de Decisão Energética a partir do conceito de Centro de Decisão no plano econômico, desenvolvido por Celso Furtado (1962). Desse modo, da mesma forma que Furtado entende Centro de Decisão como o domínio de tecnologias essenciais para que um Estado possa gerir sua própria economia e seu desenvolvimento (MARTINS, 2008), o conceito de Centro de Decisão Energética diz respeito ao domínio do planejamento, operação e implementação de uma estratégia de Segurança Energética, que possibilite o desenvolvimento dos diversos setores da sociedade que dependem da Energia ou estão, de algum modo, relacionados a ela (OLIVEIRA, 2012).

⁴ Responsável por operações no Atlântico Sul, é uma divisão da Marinha dos Estados Unidos da América reativada em 2008 com o objetivo declarado de colaborar com o combate ao narcotráfico e aumentar a segurança na região. Seu anúncio causou desconforto entre lideranças da América Latina, haja vista que sua reativação suscita o interesse pelas reservas de petróleo do pré-sal brasileiro que foram descobertas recentemente.

institucionais dentro do Itamaraty haviam tomado curso - como o IBAS⁵ e ASA⁶ - além de inúmeros acordos de cooperação em seguimentos comerciais, de políticas públicas, agricultura e saúde (VISENTINI, 2013). O discurso diplomático desse período privilegiara as relações Sul-Sul de diversas formas, como o perdão da dívida externa de alguns países africanos e maior projeção do Brasil no cenário internacional como potência média (SENNES, 1998). Portanto, imaginou-se que a atuação brasileira na região teria grande profundidade e que sua presença de mercado poderia apresentar grande competitividade frente aos chineses. No entanto, após uma análise minuciosa de dados dos países que compõem a África Ocidental, apenas três países tiveram resultados mais proeminentes da atuação brasileira na região: Guiné, Gana e Nigéria. Quando comparado ao nível de investimentos das empresas chinesas nesses países, observou-se que a presença brasileira ainda está aquém do esperado para uma região que, *a priori*, seria de suma importância para o entorno estratégico brasileiro. Dado que as premissas iniciais não foram capazes de sustentar a hipótese primária, deslocou-se o escopo geográfico da pesquisa para a África Austral, visto que há mecanismos institucionais por parte do Brasil e da China voltados especificamente aos países lusófonos que se encontram nesta região. Do lado brasileiro, destaca-se a instrumentalização de campos multilaterais como o dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), inseridos no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Criada em 1996 como um dos elementos basilares da política africanista: “A CPLP passou a ser pensada como possível intersecção entre vários processos de integração econômica em curso na região do Atlântico Sul, podendo favorecer o intercâmbio entre os blocos em um momento de ofensiva norte-americana com a ALCA.” (VISENTINI, 2016a, p.68-69).

Através desses mecanismos específicos, a atuação brasileira tem conseguido imprimir maior influência diplomática e desenvolver as potencialidades econômicas dessa região, com destaque para Angola e Moçambique, as duas maiores economias dentre os PALOPs. Da parte chinesa, cabe destacar o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), comumente referenciado como o “Fórum de Macau” criado em 2003. Caracterizado por ser um mecanismo multilateral entre China, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, além da Região Administrativa Especial de Macau, o Fórum se propõe a consolidar o intercâmbio econômico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa através de “Planos de

⁵ Criado em junho de 2003, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) atua em três ramos principais: coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS.

⁶ A Cúpula América do Sul-África (ASA) é uma das iniciativas que refletem a aproximação dos dois continentes. É disposta de canais de diálogo político, parcerias comerciais e ampliando projetos de cooperação.

Ação” que são aprovados a cada quatro anos nas áreas empresarial, comercial, de agricultura, de infraestrutura, de finanças e cultura. Conforme dados disponibilizados pelos Serviços da Alfândega da China, o fluxo comercial entre os países supracitados registrou US\$ 60 bilhões de Janeiro a Agosto de 2016, sendo que mais de 66% desse fluxo foi composto por importações chinesas advindas da comunidade dos países de língua portuguesa (TROCAS..., 2016).

Por conseguinte, haja vista os argumentos supracitados, o presente trabalho delimitou-se a pesquisar as atuações do Brasil e da China nos PALOPs no século XXI, com uma proposta investigativa dos casos específicos de Angola e Moçambique — as duas maiores economias dentre os países africanos de língua oficial portuguesa. Esses dois países possuem similitudes históricas e políticas, conforme as dispostas a seguir:

- a) ambos tiveram guerras de libertação nacional até 1975, ano em que os angolanos e moçambicanos conquistaram a independência, pondo um fim ao domínio colonial português;
- b) ambos entraram em longas guerras civis após 1975; em Angola o Acordo de Paz de Luanda fora assinado em 2002 e, em Moçambique a assinatura do Acordo de Paz de Roma ocorrera em 1992 e;
- c) ambos têm no Brasil e na China grandes promotores de megaprojetos nas áreas de infraestrutura e mineração, além de financiamentos obtidos sem exigência de contrapartidas políticas ou sociais.

Deste modo, uma pergunta norteou o esforço da pesquisa do presente trabalho: as atuações de Brasil e China em Angola e Moçambique podem vir a ser antagônicas ou complementares? Para responder a essa pergunta, estabeleceu-se como objetivo principal compreender a dinâmica atual de inserção nesses dois países, fazendo uso dos seguintes objetivos específicos:

- a) compreender os antecedentes históricos de China e Brasil em Angola e Moçambique;
- b) analisar os fluxos comerciais e investimentos;
- c) situar os projetos desenvolvidos por brasileiros e chineses nos países africanos supracitados;
- d) sistematizar os desafios de Brasil e China em Angola e Moçambique e;

- e) contribuir para o estudo das atuações de dois grandes países emergentes no continente africano.

Adotou-se como metodologia o levantamento bibliográfico a respeito dos laços históricos de Brasil e China com os estudos de caso específicos; levantamento bibliográfico, utilização de dados primários, relatórios de consultorias internacionais para a análise comercial e de investimento entre as partes envolvidas e; a partir dos resultados obtidos, pelo método dedutivo e com análise qualitativa proveniente da pesquisa, verificar a hipótese do trabalho acompanhada por uma discussão de política internacional acerca da projeção de poder de potências emergentes no Sistema Internacional.

Tendo em vista esse horizonte, a pesquisa adquiriu uma nova estrutura, composta por três capítulos, além desta introdução e conclusão. No Capítulo 1, será feita uma breve revisão histórica da atuação chinesa e brasileira na África, com objetivo de fornecer um panorama global das relações com esse continente; para tal fim, será feita uma revisão bibliográfica crítica da literatura capaz de instrumentalizar a pesquisa em um marco temporal a partir de 1949. No Capítulo 2, será apresentado o primeiro estudo de caso específico: Angola. Farei uso de uma série de subseções capazes de abarcar desde aspectos históricos das inserções brasileira e chinesa a análises quantitativa e qualitativa de dados comerciais e financeiros, perpassando pela concretização de alguns investimentos em projetos no local, sucedido pelos eventuais desafios enfrentados ao se estabelecer nesse país. A metodologia desse capítulo utilizará uma revisão bibliográfica crítica da literatura, além do largo emprego de documentos primários produzidos por governos e órgãos internacionais. No Capítulo 3, é apresentado o último estudo de caso específico: Moçambique. Da mesma forma que ocorrera no capítulo anterior, será utilizada idêntica estrutura de investigação, com uma metodologia capaz de abarcar a revisão bibliográfica crítica da literatura, alicerçada por dados primários com informações comerciais e financeiras dos países envolvidos no país africano em questão. Por fim, na conclusão haverá uma abordagem teórica de política internacional a fim de melhor compreender de que modo ocorre a ascensão e projeção de uma potência no Sistema Internacional.

2 A PRESENÇA DO BRASIL E DA CHINA NO CONTINENTE AFRICANO

No presente capítulo, será feita uma breve recapitulação histórica das relações do Brasil e da China no continente africano. A primeira parte será iniciada com o histórico da presença chinesa na África, que tem sua maior relevância a partir de 1949, ano em que se inicia a Era Mao. Segue-se a divisão proposta por Hong-Ming (2004), cujas fases se organizam de 1955 a 1970; década de 1970, década de 1980 e, por fim, a partir da década de 1990, com destaque para a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) em 2000.

A segunda parte — destinada à recapitulação histórica da relação Brasil-África — imprime maior relevância a partir da Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart. Optou-se por uma análise de cada governo brasileiro e de que forma cada um deles contribuiu para o desenvolvimento da relação dessas duas partes do Atlântico. Conclui-se que a política africanista do Brasil é acompanhada por um movimento pendular de aproximação e afastamento do continente africano, com destaque ao Governo Lula, fase em que as relações com a África atingem seu máximo de cooperação e desenvolvimento diplomático, seguido por uma queda acentuada de investimentos durante o Governo Dilma.

2.1 A PRESENÇA CHINESA NO CONTINENTE AFRICANO

Os registros da presença chinesa no continente africano datam de pelo menos 202 a.C, data em que foram taxadas cronologicamente moedas pertencentes à Dinastia Han encontradas na Somália e na Tanzânia (PANKHURST, 1961). No século XIV, Egito e Etiópia eram países frequentemente visitados por comerciantes e diplomatas chineses (KEAT, 2004) e, ainda nessa época, há registros da presença da Dinastia Ming na costa da Somália com o objetivo de divulgar a cultura chinesa, buscar novos produtos e aumentar o prestígio da Dinastia — além de servir como um instrumento de demonstração do poderio chinês. Para Snow (1998), à época isso se dava com oferecimento de presentes e títulos em suas visitas, de modo a criar não somente vínculos diplomáticos, mas relações embrionárias de estados tributários à China tal como ocorria no sistema regional asiático.

O que nos é pertinente no presente trabalho, contudo, põe-se cronologicamente a partir de 1949, mais especificamente durante a Era Mao (1949 – 1976). De acordo com a classificação didática de Hong-Ming (2004), é possível organizar a relação da China com o continente africano em pelo menos quatro grandes fases, sejam elas: o período que se dá de

1955 a 1970; a década de 70, a década de 80 e, por fim, a partir da década de 90. Essa classificação torna mais acessível a compreensão da relação do Império do Meio com a África, visto que, diferentemente de alguns Estados em que a política externa muda sobremaneira de acordo com o governo, na China as mudanças são muito mais lentas e sutis, haja vista que um mesmo partido lidera o país há muito tempo (KANG, 2007).

Seguindo a classificação de Hong-Ming, o primeiro período a ser analisado é de 1955 a 1970, fase marcada internamente pela Revolução Cultural e, externamente, condicionada pelo contexto de bipolaridade da Guerra Fria. Nesta época, Mao Zedong enxerga no Continente Africano um campo político de possíveis aliados contra o imperialismo ocidental. Conforme aponta Kissinger (2011), Mao enfatiza uma postura ideológica em nome de uma revolução mundial e, desse modo, passa a apoiar algumas causas revolucionárias no continente não significando, contudo, envio de tropas; apenas fornecimento de armas e treinamento para os integrantes dos movimentos. Um dos aspectos de militância ideológica pode ser percebido em 1954 com Zhou Enlai e a adoção dos “Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica”⁷, além do Movimento de países Não Alinhados, com expressão máxima em 1955 na Conferência de Bandung⁸ — marco das relações contemporâneas entre Pequim e o continente africano. A partir de Bandung, o Império do Meio reconhece a independência de Egito, Argélia, Sudão, Guiné e, na década subsequente, a de mais 14 países africanos. Parte dessa série de reconhecimentos diplomáticos se explica como estratégia da “Política de uma China”, em que concede auxílio econômico somente aos países africanos que não reconhecessem Taiwan como um Estado soberano (ALDEN, 2007).

Ainda na década de 1960, outro ponto marcante nas relações China e África foi a Revolução Cultural Chinesa iniciada em 1966 que, diante do caos social e político, fizera com que os chineses se voltassem mais às questões internas, tendo relativo distanciamento não só da África, mas também das grandes potências da época, colocando a China em uma posição isolada internacionalmente até 1969, ano em que a Revolução Cultural terminara formalmente. Desse ano em diante, as relações com o continente africano retornaram de forma gradual, com destaque para uma postura mais pragmática da Política Externa Chinesa

⁷ Apresentados pela primeira vez em 1954 por Zhou Enlai, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica eram um conjunto de princípios que regulariam a política externa chinesa. Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade territorial; a não agressão mútua; não interferência em assuntos internos de outros países, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica.

⁸ A Conferência de Bandung foi uma reunião de 29 países africanos e asiáticos com o intuito de traçar uma política de não alinhamento frente à bipolaridade da época e aumentar o nível de cooperação econômica no Terceiro Mundo.

ao se aliar aos países do Terceiro Mundo e conter a ascensão de projeção soviética, de acordo com a Teoria dos Três Mundos⁹ de Mao.

A década de 1970 em diante é marcada pelo reconhecimento de mais sete países africanos e pelo salto da ajuda chinesa fornecida à África ultrapassando, inclusive, a ajuda da URSS (TAYLOR, 2006), com destaque à construção da *Tan-Zam Railway*. Outro ponto a ser notado foi o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU alcançado em 1971, substituindo Taiwan em todas as esferas nas Nações Unidas; dos 76 votos favoráveis aos chineses, 26 votos vinham de países africanos. Com a morte de Mao Zedong em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping em 1979, uma nova fase da política externa chinesa é inaugurada, notadamente pelas políticas de abertura econômica, avanço do capitalismo em território chinês, diminuição da importância do Terceiro Mundo e melhora de relações com os EUA e URSS. Conforme aponta Visentini (2013), inicialmente isso significou uma redução da ajuda humanitária e despolitização das relações sino-africanas, apesar de ter havido o reconhecimento diplomático de mais três países no continente. No entanto, um grande acontecimento interno alterou drasticamente a imagem chinesa no mundo e sua integração no próprio Sistema Internacional: O Protesto na Praça Tian'an'men (1989) conhecido pela repressão desmedida do Partido Comunista Chinês que mostrou não somente suas cisões internas, mas também colocou a China em ostracismo no mundo pelos países ocidentais, dada a acusação de violação de direitos humanos. Diante desse isolamento, a China voltou a intensificar suas relações com a África, movimento que marca a década de 1990 em diante, visto que também estava alinhado ao intuito chinês de construção de uma nova ordem internacional multipolar.

A retomada de intensidade de relações com a África na década de 1990 também era desejada por muitos países africanos uma vez que, conforme aponta Taylor (1998), havia um grande interesse das elites africanas em conter os projetos de democratizações impulsionados, sobretudo, por países ocidentais que prestavam ajuda financeira. Diferentemente dos investimentos concedidos pelo FMI e países do Ocidente, a China guiava-se pelo Consenso de Pequim¹⁰ (RAMO, 2004) e não exigia em contrapartida alterações políticas nos países que

⁹ A Teoria dos Três Mundos de Mao Zedong destrinchava o Sistema Internacional com a seguinte estrutura: Um Primeiro Mundo composto pelas grandes potências da época (URSS e EUA); um Segundo Mundo composto pelos países desenvolvidos e; o Terceiro Mundo, este em que a China se colocava como líder, composto por países da África, Ásia e América Latina. A partir desse reconhecimento, Mao busca uma aliança internacional para combater a hegemonia das potências da época.

¹⁰ Baseado em três princípios, o Consenso de Pequim pregava o compromisso com a inovação tecnológica; melhorias na qualidade de vida e autodeterminação e soberania. Este último princípio muito agradou as elites africanas que não se sentiam confortáveis com o discurso de direitos humanos e redemocratização exigidos pelas potências ocidentais para concessão de empréstimos.

concedia ajuda. As elites africanas optaram em adotar uma visão realista e pragmática ao não endossar as críticas à China, visto que poderia significar redução de investimentos chineses no continente.

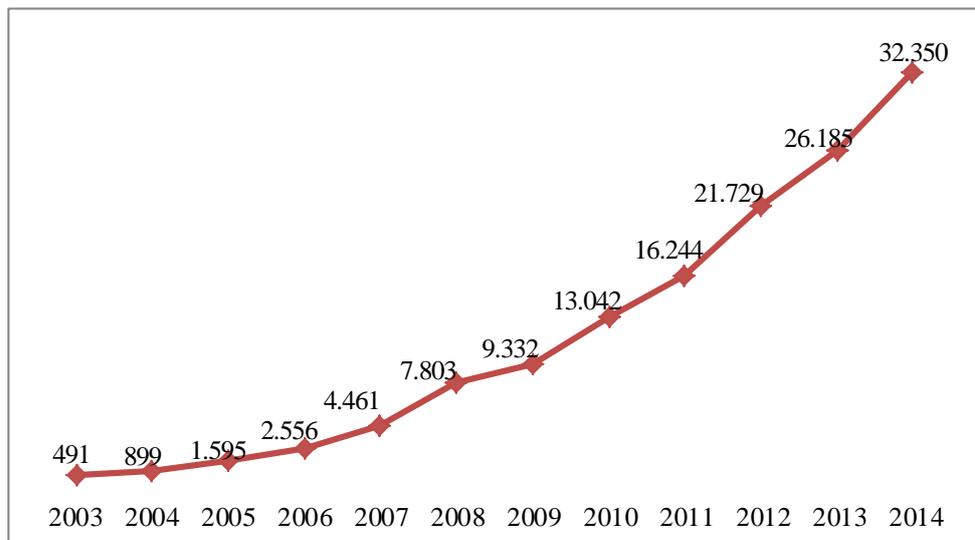
Ademais, com o fim da autossuficiência petrolífera chinesa em 1993 (OLIVEIRA, 2007) as relações com a África se intensificaram, à medida que a China procurava uma fonte de fornecimento mais segura e distante da influência dos EUA para dar continuidade ao seu crescimento. Segundo Taylor (2009), a diversificação de fontes energéticas também visava lançar novos projetos de oleodutos e gasodutos, além de manter o Estreito de Malaca seguro como rota marítima comercial de transporte de petróleo e, em conjunto, criar uma diplomacia de energia ao encorajar a internacionalização das empresas petrolíferas chinesas. Ainda segundo o autor, a diplomacia energética chinesa na África visava, no longo prazo, alçar o país como um importante ator no setor de energia no mundo. Como resultado dessa nova dinâmica, o comércio entre China e África cresceu 431% no período de 1989 e 1997 (TAYLOR, 1998), com mais de 20 visitas ao Continente, com destaque ao estabelecimento de relações diplomáticas com o principal aliado de Taiwan na região: a África do Sul.

A partir dos anos 2000, foram criadas instituições multilaterais com o objetivo de fortalecer a cooperação Sul-Sul desejada pela China globalmente, e especificamente, institucionalizar as relações sino-africanas. Fruto desse objetivo foi a criação em 2000 do FOCAC — reunião de chefes de Estados Africanos com a China que ocorre a cada três anos. Com intuito de combater a arquitetura de hegemonias no Sistema Internacional, promover a paz e seu processo de modernização econômica (TAYLOR, 2006), o FOCAC destaca-se pelo direcionamento de grandes acordos de cooperação econômica, auxílio técnico em agricultura, investimentos em energia e infraestrutura, aumento do número de bolsas de estudo e maior abertura do mercado chinês aos produtos africanos, além de destacar-se pelo perdão da dívida dos 31 países mais pobres do continente.

No ano de 2006, ano da terceira conferência do FOCAC, há a publicação de mais um *China White Paper*, com destaque para um capítulo especial dedicado à África — sinal não somente de como Pequim passou a dar maior atenção ao continente, mas também de como ele tem se tornado uma parte indispensável para a inserção estratégica chinesa no século XXI. Ademais, ainda nessa edição do FOCAC é criado o *China-Africa Development Fund* (CADFund), um fundo de desenvolvimento destinado a apoiar a política de “*Going out*” — lançada ainda nos anos 90 que incentivava a internacionalização de empresas chinesas na África — sejam elas estatais, privadas, pequenas ou médias, além da criação de *joint ventures* com empresas africanas. O CADFund investiu, até 2013, quase US\$ 2 bilhões em 53 projetos

no continente e, de acordo com pesquisas preliminares do White Paper (2013), deve gerar um retorno de US\$ 10 bilhões de investimento para a África, aumentar as exportações africanas em US\$ 2 bilhões anualmente e gerar benefícios para mais de 700,000 pessoas. É possível perceber o aumento da cooperação China-África na série presente abaixo (gráfico 1), em que o crescimento do investimento direto chinês, que em 2003 representava 491 milhões de dólares, no ano de 2014, pouco mais de uma década depois, acumulava 32 bilhões de dólares.

Gráfico 1 - Investimento Direto chinês na África



Fonte: Adaptada de MOFCOM (2016).

Importante destacar nesse sentido que a expansão apoiada pelo governo chinês no continente africano condiz com a necessidade de mais acesso a bens energéticos e minerais estratégicos para sustentar o crescimento econômico nacional e para alicerçar a transição tecnológica, visto a necessidade de terras raras como componentes de supercomputadores e demais tecnologias de ponta. Em termos econômicos, a expansão chinesa no continente africano pode ser medida de diferentes formas, como a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) que aumentaram o número de produtos africanos livre de taxaço ao entrar no país asiático. Nas edições subsequentes do FOCAC, os compromissos nas áreas tradicionais ganharam mais reforços, com destaque ao setor de serviços que tem tido um crescimento exponencial nos últimos anos (WHITE PAPER, 2013), dado ao aumento do número de empresas chinesas que estão atuando em finanças, comércio, ciência e tecnologia. De acordo com o *White Paper* de 2013, havia cerca de 2000 empresas chinesas atuando em mais de 50 países africanos e que, até o ano de 2012, o investimento direto chinês no setor

financeiro havia atingido quase US\$ 4 bilhões, representando 17,8% do volume total de investimentos na África.

É importante destacar que, apesar de uma instituição multilateral como o FOCAC ter uma atuação importantíssima no continente africano, não existe apenas uma política externa chinesa para a África: conforme aponta Taylor (2009), não se deve exagerar o nível de controle que o Partido Comunista Chinês tem sobre os negócios desenvolvidos no continente; ademais, há uma diversa gama de atores envolvidos: de empresas estatais a privadas; migrantes, pequenas e médias empresas, além de interesses próprios de províncias e lideranças chinesas dentro do próprio PCC.

2.2 A PRESENÇA BRASILEIRA NO CONTINENTE AFRICANO

A relação Brasil-África tem destaque a partir do século XVI, época em que a escravidão regia as relações sociais de produção compondo, portanto, um dos alicerces das dinâmicas econômicas do mundo à época, com destaque para o Atlântico Sul como seu principal centro dinâmico (RODRIGUES, 1964). É a partir desse período em que milhões de africanos foram enviados como escravos para o Brasil. Dois séculos mais tarde — precisamente em 1850 — o Brasil promulgou a Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico de escravos, medida associada à pressão inglesa imposta pela nova fase do capitalismo mundial em que a formação do capital financeiro tornara-se o principal elemento de expansão imperialista (HILFERDING, 1981). Como consequência, a relação Brasil e África é marcada por um afastamento, apenas sendo retomada quando do fim da expansão colonialista no continente africano.

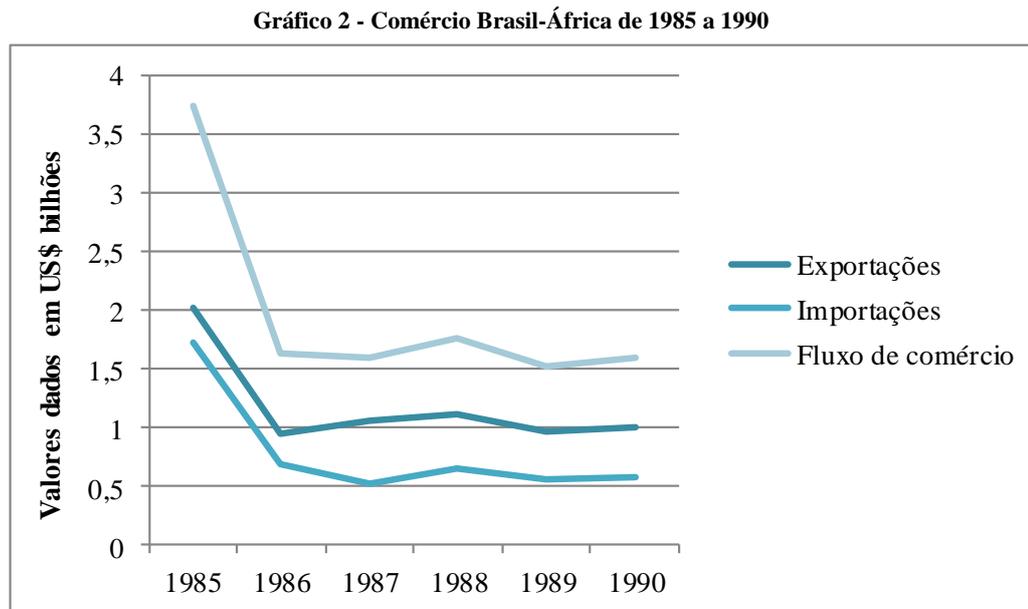
O que nos é pertinente no presente trabalho, contudo, põe-se cronologicamente a partir de 1960, ano em que é lançada a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart. Com ela, o Brasil abre linhas de atuação diplomática em diversas regiões do globo, principalmente no Terceiro Mundo, almejando melhorar os fluxos de comércio e termos de troca de produtos primários, com matriz do pensamento nacionalista e desenvolvimentista (AMADO, 1996). A PEI enfatizava o direito dos povos de autodeterminação e não intervenção (CERVO; BUENO, 2002), o que se traduziu como uma linha de apoio aos movimentos anticolonialistas na ONU; abertura de embaixadas em cinco países africanos além de se posicionar contrariamente ao regime do *Apartheid* na África do Sul (VISENTINI, 2010).

Na fase subsequente, circunscrita no período do regime militar, iniciou-se o governo de Castelo Branco, marcado pelo binômio “segurança e desenvolvimento” e pela ideia de círculos concêntricos (SILVA, 2014), em que os Estados Unidos eram uma prioridade para a política externa brasileira. Isso significou um relativo recuo na relação Brasil-África, com destaque ao abandono da PEI e, conseqüentemente, do princípio de autodeterminação dos povos. No período seguinte (1967-1969) assumiu Costa e Silva, retomando alguns pontos da Política Externa Independente e tendo como principal mote a “Diplomacia da Prosperidade”, focada no multilateralismo e reaproximação com países do Terceiro Mundo. No entanto, pouco fora feito para impulsionar as relações com o continente africano; somente a partir do Governo Médici (1969-1974) é possível identificar uma política africana mais desenvolvida, esboçada pela necessidade eminente de recursos energéticos e mercados para sustentar o desenvolvimento industrial brasileiro propiciado pelo “milagre econômico” (VOIGT, 2010). Conforme Visentini (2004), inúmeros acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica foram firmados, além de estabelecer visitas diplomáticas a nove países africanos. É ainda nesta época que as grandes empresas brasileiras — Vale do Rio Doce, Braspetro, Mendes Jr. e Odebrecht — começaram a atuar na África e a ter apoio do Estado para se internacionalizarem.

Com os choques de petróleo em 1973 e 1979, as relações estratégicas entre Brasil e África ganharam maior importância, visto que era necessário diversificar as fontes energéticas do país para assegurar o desenvolvimento industrial. Durante esse período, época do Governo Geisel, houve a inauguração de seis embaixadas e reconhecimento da independência de Angola em 1975. Com Figueiredo (1979 – 1985), ocorreu o aprofundamento da política africana (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993) com destaque de ter sido o primeiro chefe de Estado a fazer visitas à África, totalizando cinco países, além da ampliação para 21 o número de embaixadas no continente (SARAIVA, 1996). O Governo José Sarney (1985-1990), manteve a reaproximação com o continente africano, sublinhado pelo Encontro de Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa (1989) que viria a formalizar, em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Conforme aponta Côrtes (2010, p.232), “o objetivo último, mas não declarado, era o de criar uma nova moldura que permitisse a inauguração de um diálogo franco entre os países, capaz de ajudar a cicatrizar as dolorosas memórias do longo domínio colonial português no continente africano.”

Ademais, criou a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) – destinada a aprimorar o potencial socioeconômico da região, dada a importância do Atlântico Sul.

Apesar da reaproximação, as relações com o continente africano tiveram relativo retraimento, como é possível averiguar no Gráfico 2. Parte da queda do intercâmbio entre Brasil e África pode ser explicada pela crise da dívida e os planos de ajustes do FMI o que, segundo Ferreira (2013, p. 146), diminuiu “a capacidade do país de dar sustentação à sua política comercial em direção ao mercado africano”.



Fonte: Adaptada de Brasil (2016a).

No Governo Collor de Mello (1990 – 1992), algumas tendências econômicas neoliberais iniciadas na crise da dívida do governo Sarney foram aprofundadas, além de ter havido um alinhamento sistemático com os Estados Unidos e a descaracterização do perfil terceiro mundista brasileiro (HIRST; PINHEIRO, 1995). As relações africanas, como consequência, sofreram relativo distanciamento. Conforme aponta Saraiva (1994, p.320):

Os níveis do comércio do Brasil com a África Negra retornam aos das décadas de 1950 e 1960. No início da década de 1990, o comércio do Brasil com a África não chega aos 2% das relações comerciais do Brasil, depois de ter alcançado níveis em torno dos 10% no início da década.

O relativo distanciamento perdura com Itamar Franco (1992-1995), apesar de retomar alguns ideais desenvolvimentistas, multilateralistas e imprimir maior participação brasileira no Sistema Internacional. No governo de FHC (1995-2002) o relativo retraimento das relações com a África se manteve, com destaque para redução do número de embaixadas brasileiras no continente africano (VISENTINI, 2010). Em seu segundo mandato, FHC se

reaproximou da África. Houve a participação do Exército Brasileiro em missões de paz da ONU e o aumento do crescimento da cooperação no ramo de políticas públicas, com ênfase ao processo de quebra de direitos de patentes de medicamentos para a AIDS.

O grande ponto de inflexão na política externa brasileira deu-se a partir do governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003 – 2010), fase caracterizada por uma postura “Ativa e Altiiva” imbuída da necessidade de democratização do Sistema Internacional e cooperação Sul-Sul, o que propiciou uma significativa melhoria na relação Brasil-África. Uma das estratégias utilizadas foi vincular segurança, desenvolvimento, combate à fome e manutenção da paz como mote da inserção no continente africano, objetivos estes que foram se consolidando através de instituições multilaterais, assistência em políticas públicas e aumento do número de acordos comerciais e visitas ao continente. Por se tratar do presidente brasileiro de maior expoente nas relações Brasil-África, alguns pontos merecem maior detalhamento.

Em relação às instituições multilaterais que dialogam com a África, destacou-se o IBAS (Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul), criado com o intuito de coordenar a cooperação entre países emergentes em temas de políticas públicas e projetá-los como atores importantes no Sistema Internacional. Conta com um fundo de assistência destinado a financiar desde 2004 projetos em países pobres ou egressos de conflitos armados, como Burundi, Haiti, Serra Leoa, Palestina e Sudão. Similarmente, a ASA (Cúpula América do Sul e África) criada com o objetivo de maior concertação político-diplomática em foros multilaterais e cooperação Sul-Sul. A ASA é composta por 66 países (12 sul-americanos e 54 africanos, a maioria membros da Unasul e União Africana, respectivamente) correspondendo a um terço do número de Estados-membros das Nações Unidas e um PIB na ordem de US\$ 6 trilhões em 2011. Por último, coube espaço à retomada de importância da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) no comércio e defesa entre Brasil e África, visto que é uma região de importantes fluxos comerciais, marítimos e de recursos energéticos.

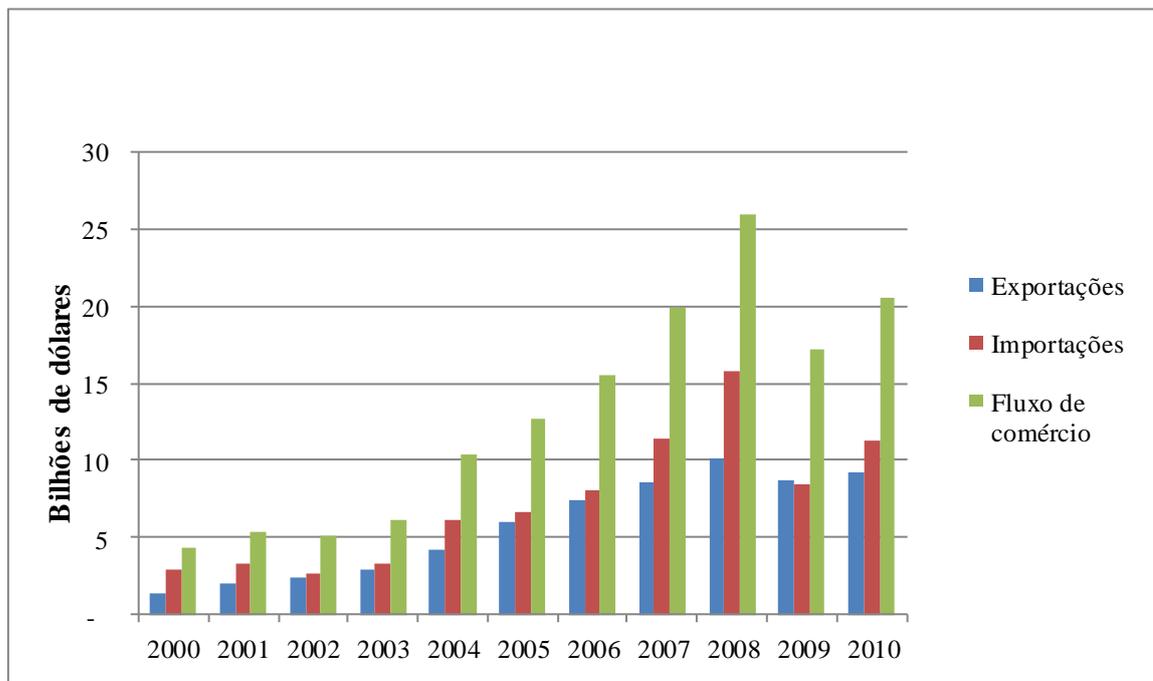
Ademais, durante a Era Lula a assistência em políticas públicas à África ganha protagonismo, com apoio ao combate à pobreza e à fome, assistência a controle de epidemias ao HIV/AIDS e aumento da cooperação educacional ao aumentar o número de bolsas de estudo para africanos e intercâmbio de professores (VISENTINI; PEREIRA, 2016). Essas medidas estão associadas ao reconhecimento dos laços culturais e históricos que o Brasil possui com o continente:

Cada visita que faço a um país africano é quase como o pagamento de uma dívida histórica que não tem valor monetário, que não se paga em terra, mas que se paga com amizade e com solidariedade. O Brasil, a cara do povo brasileiro, o jeito amável

de ser [...], o futebol [...], o samba [...] são resultados de uma miscigenação que deu certo, de uma mistura de africanos, de índios e de portugueses, inicialmente. Essa mistura criou, certamente, um dos povos mais amáveis e mais alegres do mundo. Essa gratidão, o Brasil deverá eternamente ao continente africano, porque foram 300 anos em que jovens, os mais saudáveis, eram tirados da África, como cidadãos livres, e transformados em escravos no meu País. (SILVA, 2007)

Em relação a aspectos comerciais, o fluxo de comércio com o continente africano de 2003 a 2010 mais do que quadruplicou, com ênfase para uma tímida balança comercial de 4 bilhões de dólares em 2000, para mais de 20 bilhões de dólares em 2010 (BRASIL, 2016b). O ápice da cooperação com a África deu-se em 2008, marcado por um fluxo de comércio de mais de 25 bilhões de dólares; no entanto, no ano seguinte houve uma relativa perda, justamente o ano em que a crise internacional do *suprime* fora mais intensa (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 - Fluxo comercial Brasil-África (2000 - 2010)



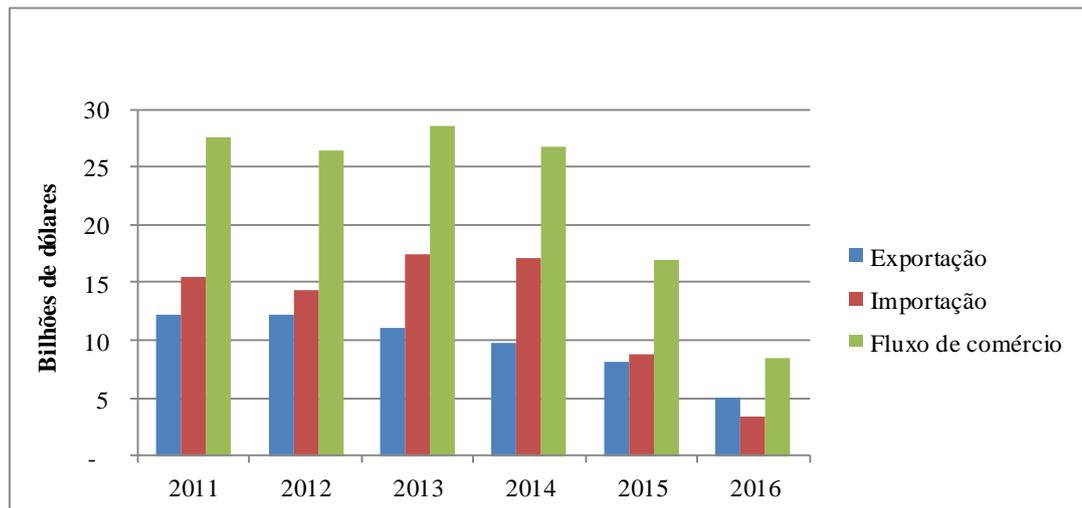
Fonte: Adaptada de Brasil (2016b).

Ademais, destacou-se a forte atuação de empresas brasileiras na região, como a Odebrecht, presente desde a década de 1980; VALE, PETROBRÁS e EMBRAPA — esta com importante papel de desenvolvimento da agricultura e cooperação científica em alguns países africanos, dentre outras grandes e médias empresas brasileiras. Durante todo o seu mandato, Lula realizou visitas a mais de vinte países na região, com frequência acompanhado por empresários brasileiros para firmar novos acordos bilaterais.

Dando prosseguimento à linha cronológica Brasil-África, o governo de Dilma Rousseff (2011 a 31 de agosto de 2016), marcado por uma contenção da continuidade do

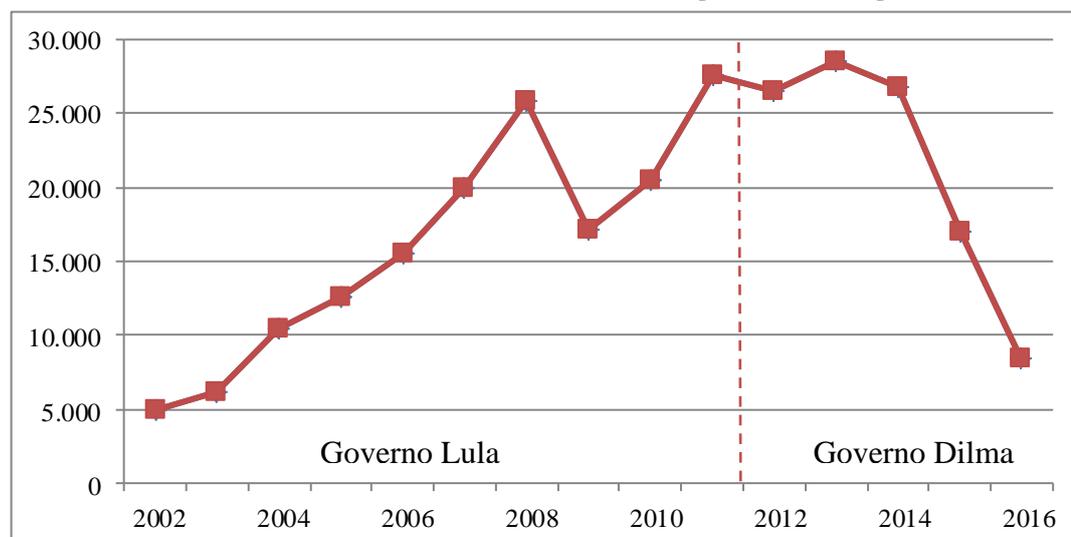
governo Lula e diminuição do número de visitas diplomáticas a países africanos, número de acordos comerciais e representações diplomáticas (CORNETET, 2014), apesar de ter iniciado grandes projetos, como o ProSAVANA – projeto feito com intuito de incrementar a produção agrícola e transferência de tecnologia para o Corredor de Nacala (Moçambique) Ao se analisar a balança comercial do Governo Dilma, nota-se um aumento do valor anual do fluxo de comércio; no entanto, quando visto em perspectiva, a balança comercial parte inicialmente de uma trajetória de pequena oscilação em 2011, com uma variação de 3,15% entre 2011 e 2013, para uma trajetória descendente mais agressiva, variando 49,13% entre 2014 e 2016 ou, quando não inclusos os valores de 2016, uma variação de 36,6% de 2014 a 2015, conforme dados disponibilizados abaixo:

Gráfico 4 - Comércio Brasil-África de 2011 a 2016



Obs.: o ano de 2016 foi contabilizado até o mês de maio. Fonte: Adaptada de Brasil (2016c).

Gráfico 5 - Tendência do fluxo de comércio Brasil-África durante o governo Lula e o governo Dilma



Fonte: Adaptada de Brasil (2016d).

A nova trajetória do fluxo de comércio Brasil-África sugere uma retomada de distanciamento com o continente, traduzindo-se em um enfraquecimento da política africanista que havia sido desenvolvida anteriormente. A forte queda do biênio 2014-2016 registrou uma taxa média anual de -45%, uma média que não havia se configurado desde o início da Era Lula, ainda que tenha havido um grande recuo do ano de 2007 a 2008, associado ao início da crise internacional do *subprime*

3 AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM ANGOLA

A presente seção do Capítulo 2 propõe-se a analisar as condições em que se encontram as relações de China em Angola seguindo, para tal fim, o seguinte roteiro: em primeiro momento, será feita uma breve contextualização histórica da relação entre os dois países, percorrendo os principais acontecimentos de 1961 a 2002 — ano em que é selado o Acordo de Paz em Luanda; no segundo momento, inicia-se uma análise de dados de comércio e investimento sino-angolano, apresentando dados primários do Banco Mundial, da OMC e de consultorias internacionais. Nessa subseção, será explanado com mais detalhes um importante elo que garante os financiamentos no país africano: o Eximbank chinês. A seguir, serão apresentados os principais projetos chineses desenvolvidos em Angola, acompanhado por uma lista das maiores empresas da China atuantes no país africano. Proceder-se, por fim, aos desafios encontrados pela atuação chinesa em Angola, convergindo para as conclusões preliminares em que será possível tecer um quadro mais amplo do estado da atual relação entre os dois países.

3.1.1 Breve histórico da atuação da china em Angola

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Angola e China deu-se em 1983, no entanto, a associação política entre os dois países já existia há mais tempo, notadamente na época em que os movimentos de luta de independência recém estavam se formando e procuravam auxílio externo para financiar suas atuações internamente. Em 1961, ano em que se inicia a Guerra de Independência de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) inaugura suas ações (MARCUM, 1969) e, como foi o primeiro movimento a ser fundado, logrou receber o apoio inicial da China. No entanto, o apoio a esse movimento é modificado em pouco tempo, dado que em 1963 a recém-criada Organização da Unidade Africana (OUA) não reconheceu a legitimidade do MPLA e enxergava na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) como a outra organização legítima. Vista essa mudança, a China decidiu acompanhar as diretrizes da OUA e estabelece relações com a FNLA ainda no início da década de 1960. Assim como o apoio chinês ao MPLA não durou muito tempo, o mesmo se repetiu com o FNLA: em menos de cinco anos a China mudou de apoio novamente, dessa vez para a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A relação com a UNITA foi a mais duradoura na época, traduzindo-se em treinamento de membros da União e apoio material. Em resumo: em uma mesma década os chineses

apoiaram três movimentos de independência que não apenas eram diferentes em ideologias e projetos, mas também conflituosos entre si, fato este que viria a ficar nítido durante as disputas entre os movimentos na Guerra Civil de Angola (1975 -2002).

Na década subsequente, a inserção chinesa em Angola sofreu modificações dado que a China estava recém saindo da Revolução Cultural em 1969 e, externamente, a Política Externa Chinesa buscava adotar uma postura mais pragmática e menos radical para se inserir internacionalmente. Em relação à Angola, essa atitude traduziu-se em afastamento da UNITA e retomada de aproximação com o MPLA, fornecendo-lhes armas e treinamento. Como de costume à inconstância do posicionamento chinês em Angola, logo a retomada de apoio ao MPLA é substituída em 1973 à nova aproximação com o FNLA e, em 1974, também à UNITA. De acordo com Xavier (2011), isso pode ser explicado pela busca chinesa de contenção de influência da URSS em Angola, que esta prestava apoio ao MPLA. Ao perceber que a independência guiada pelo MPLA era inevitável e que deveria se posicionar de maneira mais diplomática de modo a conseguir dialogar com os diversos atores envolvidos, a China passou a desenvolver uma postura de mediadora entre os três movimentos de independência mas, dado o histórico pendular de inconstância do apoio chinês aos diversos movimentos, sua credibilidade ficara prejudicada frente aos demais envolvidos.

Proclamada a independência em 1975 pelo MPLA, uma nova fase de conflitos se iniciou: a Guerra Civil Angolana que teve, como externalidade negativa à relação com a China, um relativo afastamento entre os dois países. Tal padrão manteve-se até 1983, ano em que os chineses reconheceram o governo do MPLA e iniciaram as relações diplomáticas com o país africano. Desse momento em diante, houve um crescimento significativo de viagens diplomáticas, acordos comerciais e parcerias estratégicas entre os dois países (TAYLOR, 2006), com uma relativa inflexão no final da década de 1980 e a partir de 1992 após as tumultuadas eleições em Angola, em que a UNITA não reconheceu a vitória do MPLA e, com isso, houve a intensificação da guerra civil.

É possível dizer que a relação China-Angola começou a prosperar a partir dos anos 2000, quando a situação interna do país voltou a se normalizar, culminando com o fim da guerra civil em 2002. A partir desse ano, houve uma nova inflexão da inserção chinesa no país ao se adotar uma estratégia de pesados investimentos em infraestrutura em troca de acesso a recursos energéticos, conhecido como o *Angola Mode*, ou a estratégia chinesa de firmar contratos e negócios com o governo angolano. Na subseção a seguir, será analisada detalhadamente a relação entre Angola e China a partir dos anos 2002, com enfoque ao comércio e investimento realizados no país africano e de que forma a diplomacia econômica

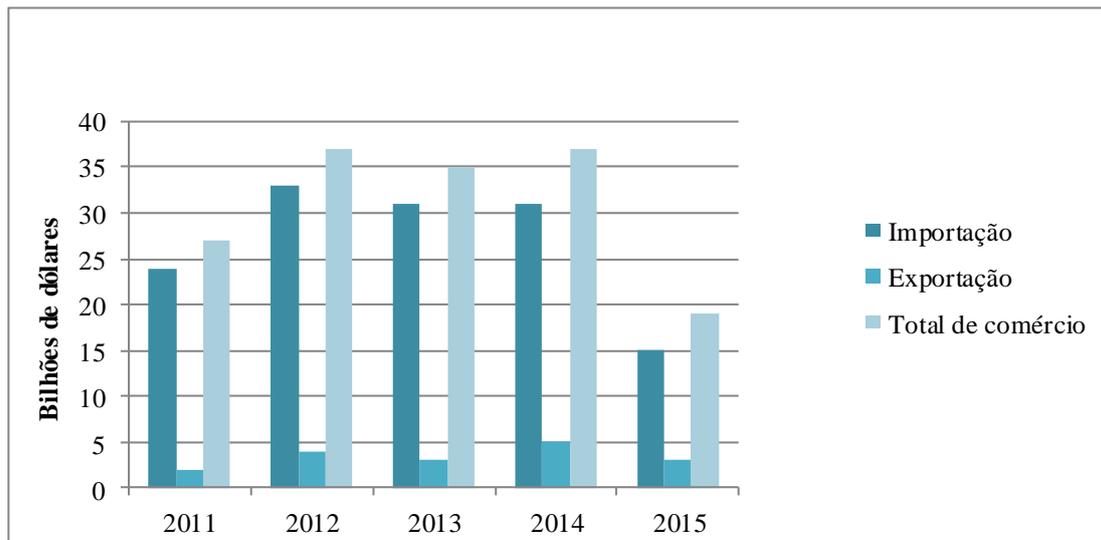
chinesa tem garantido a forte presença do Império do Meio em um dos maiores exportadores de petróleo do continente africano.

3.1.2 Comércio e investimento chineses em Angola

Após a intensa guerra de independência, seguida pela guerra civil que se estendera até 2002, culminando com o Acordo de Luanda no mesmo ano, Angola iniciou uma próspera fase de crescimento econômico, partindo de um PIB real de 9 bilhões de dólares no ano 2000, para 12 bilhões de dólares em 2002 e, em apenas três anos mais tarde, um PIB real de 28 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2011). Que elementos analíticos poderiam explicar o valor mais do que triplicar a uma taxa média de crescimento anual de 25% em menos de uma década, sobretudo quando posta a conjuntura de um país recém saído de uma série de conflitos internos que fragilizou o desenvolvimento humano da população, o desenvolvimento de instituições confiáveis e destruiu a parca infraestrutura existente?

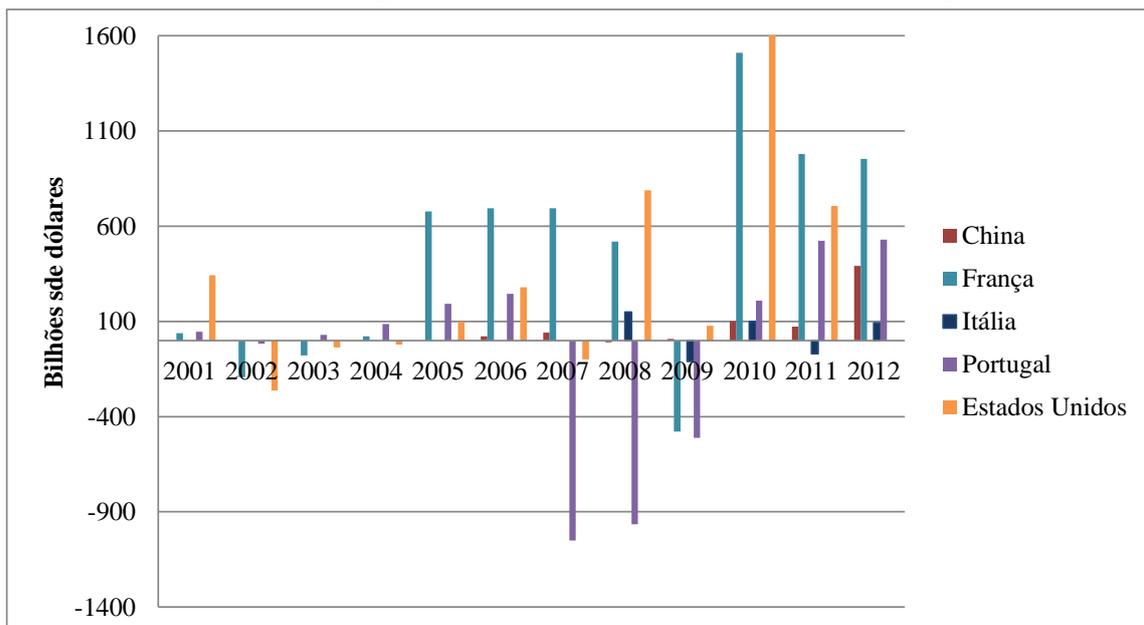
De acordo com Xavier (2011), parte da resposta diz respeito à estratégia angolana de reconstrução do país através do mote “petróleo por infraestrutura” (conhecido como *Angola Mode*) e pela engenhosa parceria com a China que, diferentemente dos demais financiadores em Angola, não exige mudanças políticas ou econômicas para conceder o financiamento, atitude diametralmente oposta a do FMI e Banco Mundial. A única exigência à Angola é o respeito à política de “Uma China” — o que se traduz em não reconhecer Taiwan como um país independente — e repasse de 70% dos contratos assinados com empréstimos chineses a empreiteiras chinesas (CCS, 2006). A estratégia chinesa consagrada como *Angola Mode* não é, no entanto, exclusiva da China: De acordo com Alves (2007), o que coloca os chineses em destaque é o fato de que toda a cadeia de investimento ser completamente estatal, o que se traduz na possibilidade de acolher maiores riscos e fazer investimentos de longo prazo. No entanto, apesar de ser um parceiro de extrema relevância para Angola (ver gráfico 6), a China não se configura como a origem do maior investimento externo direto de Angola, conforme é possível averiguar ao se comparar os dados fornecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) expostos no Gráfico 7.

Gráfico 6 - Comércio chinês com Angola de 2011 a 2015



Fonte: adaptada de Banco Mundial (2016a).

Gráfico 7 - Origem dos maiores Investimentos Externos Diretos de Angola



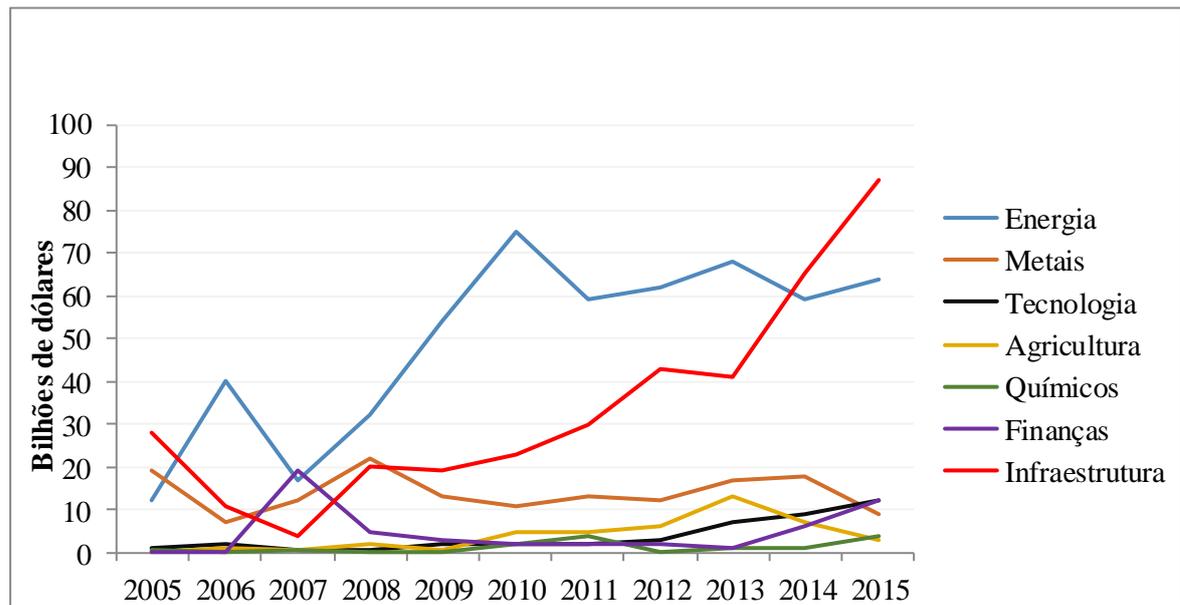
Fonte: adaptada de UNCTAD (2016).

Outro elemento analítico para compreender a inserção estratégica chinesa em Angola é o EximBank chinês, um banco de importação e exportação estatal da China que encabeça a política de “Go out” que auxilia a internacionalização de médias e grandes empresas. Em 2002, o Eximbank forneceu um financiamento no montante de 2 bilhões de dólares que poderia ser pago em até 12 anos, englobando, no total, 48 contratos divididos em diversas áreas, como infraestrutura, saúde, educação, modernização de prédios públicos e setor energético (CAMPOS; VINES 2008). A ascensão do Eximbank em Angola enquadra-se

paralelamente à busca de financiamento destinado à reconstrução da infraestrutura, então devastada por guerras que haviam se estendido por quase trinta anos. De acordo com Ferreira (2008), as exigências impostas por instituições europeias — que versavam de medidas de austeridade, altas taxas de juros e respeito aos direitos humanos, o que poderia entrar em confronto com as práticas das elites angolanas — causou relativo retraimento angolano dos tradicionais emprestadores europeus. Associado a isso, de acordo com Brautigam (2011), o Eximbank diferencia-se das demais instituições financeiras por apresentar possibilidades de empréstimos com taxas de juros menores, maior período de carência e de pagamento, além de o empréstimo não ser em dinheiro, mas em contratos de infraestrutura. Como Angola possui uma taxa de risco alta, o “petróleo por infraestrutura” é ideal para os dois lados. O *Angola Mode* obtivera tamanho sucesso que fora adaptado em Camboja, Maurício e Vietnã (PIGATO; TANG, 2015).

Em relação ao investimento setorial chinês em Angola (ver gráfico 8), nota-se que o foco chinês foi se alterando conforme o ano: em 2007, por exemplo, o maior setor de investimentos era o de finanças (setor bancário), posição que foi rapidamente substituída no ano seguinte pelo setor energético; o setor de metais já foi o segundo maior receptor em 2008, situação modificada no ano seguinte pela área de infraestrutura. O ramo tecnológico tem tido um movimento progressivo desde 2005, com uma taxa média de crescimento anual de 28%, idêntica ao setor de finanças; o crescimento pode estar relacionado à expansão da atividade de extração de petróleo no país, atividade que exige o uso de tecnologia avançada e supercomputadores. A infraestrutura, setor que mais recebe investimentos desde 2013, com uma taxa de crescimento anual de 12% entre 2005 e 2015, tem um papel fundamental para sustentar os demais investimentos, visto que é necessário ter uma malha rodoviária adequada e segura para escoar os bens a serem exportados; estruturar condições básicas de vida de modo que os cidadãos tenham acesso à saúde, educação e emprego.

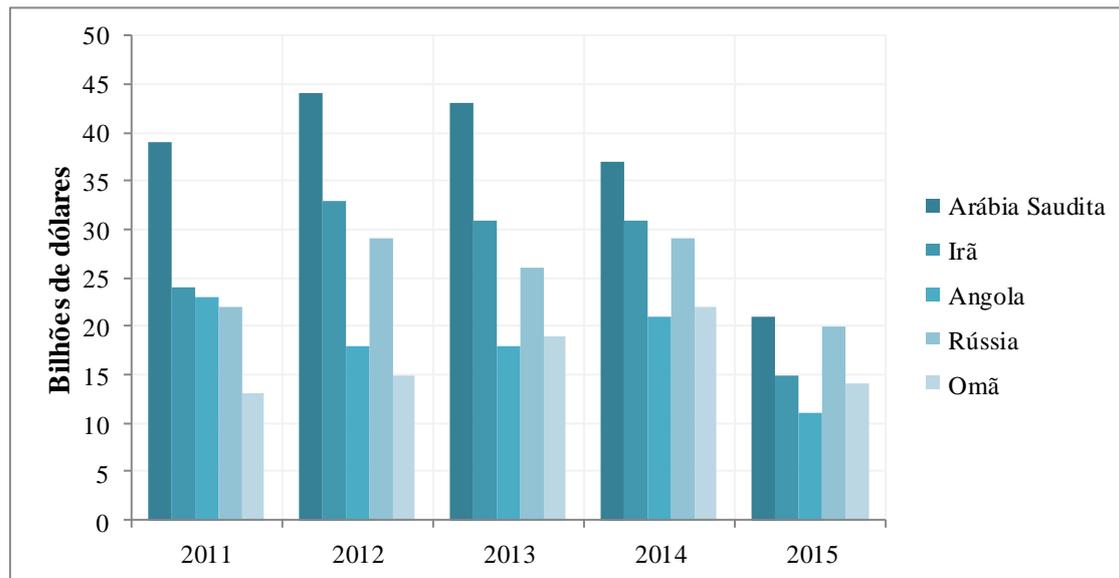
Gráfico 8 - Investimento setorial chinês em Angola de 2005 a 2015



Fonte: Adaptada de The American Enterprise Institute e The Heritage Foundation (2016a).

O setor que mais se destaca, no entanto, é o de Energia, notadamente pela necessidade preeminente de abastecimento de recursos energéticos da China, visto que o país deixou de ser autossuficiente em petróleo em 1993 (OLIVEIRA, 2007). Como é possível concluir pelo gráfico 8, os investimentos no setor energético registraram impressionantes 48% de taxa média de crescimento anual, maior marca de expansão dentre os investimentos da China em Angola de 2005 a 2015. A grande atenção a esse setor fez com que Angola se tornasse um dos mais importantes exportadores de petróleo para a China (ver gráfico 9), sendo o maior exportador no continente africano. Dessa forma, há a garantia de maior segurança de abastecimento para os chineses, dada que a maior diversidade de fontes energéticas pode proteger as externalidades negativas dos conflitos no Oriente Médio e a atuação de empresas petrolíferas dos Estados Unidos na região (TAYLOR, 2006).

Gráfico 9 - Origem da importação de petróleo da China



Fonte: Adaptada de World Integrated Trade Solutions (2016).

3.1.3 Projetos

A China atua em diversos ramos em Angola, não se dedicando apenas à atividade petrolífera ou à infraestrutura necessárias para escoar as matérias primas de seu interesse. Desde o Acordo de Paz em 2002, Angola aumentou em número significativo o número de acordos assinados nas mais diversas áreas produtivas e sociais com o objetivo de reconstrução e modernização do país. Dentre os principais projetos chineses desenvolvidos em Angola, importa notar:

- a) **Refinaria de Petróleo de Lobito:** O desenvolvimento da refinaria de Petróleo de Lobito destaca-se dentre os projetos chineses implementados em Angola por se tratar, em primeiro lugar, de uma *joint venture* de destaque entre a Sinopec (empresa estatal petrolífera chinesa) e a Sonangol (empresa estatal angolana) formando a *Sinopec International* (SSI) em 2006, sendo 45% dela controlada pela Sonangol e 55% pela Sinopec (CSS, 2006). Dedicada à exploração de petróleo e com foco à exportação (80% do petróleo é exportado), a refinaria teve um custo de US\$ 3 bilhões com capacidade estimada de produção de 240,000 barris de petróleo por dia (CSS, 2006);
- b) **infraestrutura em pontes e rodovias:** Durante os longos anos de guerra em Angola (1975 a 2002) inúmeras rodovias foram destruídas em todo o país,

dificultando o escoamento de matérias primas e a ligação com províncias ricas em recursos minerais. Desse modo, a atuação chinesa na infraestrutura de Angola destina-se, primordialmente, à reconstrução e modernização da malha rodoviária do país. Dentre os projetos de maior destaque, cabe mencionar: a construção de 371 km em dois anos entre Luanda e Uige; 172 km entre Ondjiva e Huambo, construção de uma ponte de 100 m no Rio Dande e o megaprojeto de conexão da parte leste a oeste de Angola através de uma rodovia de 1.300 km, que liga Benguela a Luau, finalizado em 2007. (CSS, 2006). Estima-se que os projetos de financiamento em rodovia tenham alcançado a margem de US\$ 3 bilhões até 2007;

- c) **Aeroporto de Bom Jesus:** Construído a 40 km de Luanda, o aeroporto de Bom Jesus destaca-se por ter sido construído por um consórcio de empresas chinesas e uma empreiteira brasileira, a Odebrecht. Sua construção fora estimada em 450 milhões de dólares;
- d) **Hospital Geral de Luanda:** Símbolo da velocidade da construção chinesa, o Hospital Geral de Luanda foi concluído em 15 meses com um custo estimado de US\$ 8 milhões. Com capacidade média de atendimento de 100 pacientes hospitalizados e 800 pacientes diários. Localiza-se no distrito de Kilamba Kiaxi (CSS, 2006);
- e) **prédios governamentais:** A China também é um importante parceiro na reconstrução de prédios públicos que haviam sido destruídos durante o período de guerras. Destaca-se o Palácio da Justiça, estimado em US\$ 41 milhões; e o prédio do Ministério das Finanças e;
- f) **projetos habitacionais:** Visto que 75% da população de Luanda vive em favelas, um dos projetos mais ambiciosos da China em Angola é a construção de cinco cidades satélites de Luanda e distritos habitacionais, com destaque ao *Kilamba Kiaxi flagship Project* (ALVES, 2007). Finalizado em 2012, Kilamba envolveu a construção de 20.000 apartamentos, 24 jardins de infância, 77 subestações de energia, encanamento para rede de água e oito escolas (CSS, 2006). Segundo Alves (2007), apesar da superestrutura de proporções chinesas, Kilamba falha pelos baixos serviços públicos oferecidos dentro do distrito e pelos altos preços de aluguel praticados, o que logrou à Kilamba a fama de “cidade fantasma” por muito tempo.

3.1.4 Empresas atuantes

O setor de construção civil em Angola costumava ser controlado por empresas portuguesas (Teixeira Duarte e Soares da Costa), brasileiras (Odebrecht) e sul-africanas (Grinaker LTA, Group 5 e Murray Roberts), todas auxiliadas por financiamentos garantidos em aquisição de petróleo, mesma estratégia que a China viria a adotar quando começasse a tecer acordos com o país africano em 2003. No entanto, a capacidade de financiamento dos atores tradicionais é pífia quando comparada à chinesa: estima-se um total entre US\$ 300 a 500 milhões que, se comparado aos US\$ 2,8 bilhões que a China injetou em Angola entre 2003 e 2006, consagra os atores tradicionais a uma posição marginalizada no processo de reconstrução de Angola (CSS, 2006). Dentre as empresas de construção civil, destacam-se a China National Machinery Industry Corporation Group (Sinomach); Sinohydro Group, China Gezhouba Group Company (CGGC), China Railway 20 Bureau Group (CR20), China Tiesiju Civil Engineering Group Co, Limited (CTCE) e a Pan China Construction Group (AGÊNCIA LUSA, 2016).

Para além do setor de infraestrutura, a China também atua no setor de rede de telefonia com a empresa chinesa ZTE que, em parceria com a Angolan Mundo Startel, propõem-se a reconstruir a rede de telefonia, telecomunicação militar e fábricas de celulares no país (CSS, 2006). Além desta, a Huawei também atua no mercado angolano. Ademais, cabe registrar as empresas estatais petrolíferas da China, sejam elas: Sinopec, CNOOC e CNPC que ocasionalmente, unem-se a empresas petrolíferas angolanas e criam *joint ventures* tendo uma parcela majoritária da nova empresa, tal como ocorrera na criação da Sonangol.

3.1.5 Desafios

Um dos principais desafios que a China enfrenta em Angola é a baixa utilização de mão de obra local nos projetos que desenvolve no país. A baixa utilização é explicada tanto em termos econômicos, quanto culturais; o primeiro aspecto diz respeito aos salários dos chineses serem menores que o dos angolanos, o que se traduz em redução de custos para as empreiteiras, e o segundo aspecto trata-se de que os chineses — principalmente os que vêm do campo e vão trabalhar na África — estão acostumados a extenuantes jornadas de trabalho, além de receberem condições habitacionais mais precárias que a dos cidadãos angolanos (CSS, 2006). A “importação” de mão de obra chinesa pressiona para baixo a média salarial de Angola (XAVIER, 2011) e não contribui de maneira relevante a reduzir o desemprego local.

No entanto, deve-se destacar que o governo angolano falha em proteger os cidadãos angolanos nesse sentido, porque em contratos chineses realizados em outros países africanos havia a premissa clara do emprego de 80% a 90% do uso de mão de obra local (BRITO, 2010).

Outro desafio encontrado pela China em Angola diz respeito à parca infraestrutura existente no país que, ainda com pesados investimentos chineses e de outros atores, encontra-se em situação deficitária, com destaque ao baixo número de portos presentes no país. Ademais, a China recebe duras críticas dos atores tradicionais que atuam em Angola por não auxiliar na busca de maior transparência do governo angolano, visto que não exige uma contrapartida de combate à corrupção ou melhora de índices econômicos como outros países. Também se critica a qualidade das obras chinesas, visto que o Hospital Geral de Luanda apresentara sérios comprometimentos em sua estrutura poucos anos depois de ter sido finalizado (CSS, 2006).

Por último, discute-se como a sociedade angolana enxerga o crescimento do número de chineses ano a ano (ver tabela 1); de acordo com o CCS (2006), estima-se que a comunidade chinesa seja de 20,000 a 30,000 pessoas em Angola, com maior concentração em regiões ricas em atividade extrativista em mineração e petróleo. Há questionamentos sobre a impressão de que os chineses estariam “roubando” os empregos locais, haja vista que boa parte das empresas chinesas emprega um baixo número de mão de obra local.

Tabela 1 - Visto de trabalho para chineses

Ano	Vistos de Trabalho concedidos a chineses em Angola
2004	192
2005	1,952
2006	14,283
2007	22,043

Fonte: CAMPOS (2008, p. 25).

Contudo, de acordo com Xavier (2011), o baixo nível de institucionalização de Angola tornadifícil medir de que forma a sociedade civil ou a opinião pública reage à crescente presença chinesa no país. Sabe-se, contudo, que a barreira linguística e a cultura chinesa são pontos de tensão que dificultam o *soft power* da China em Angola.

3.1.6 Conclusões preliminares

Pode-se concluir que, inicialmente, as relações entre Angola e China foram caracterizadas pelo movimento pendular da atuação chinesa diante dos grandes movimentos de libertação nacional que, *a posteriori*, também viriam a se configurar como os atores envolvidos na guerra civil angolana que durara até 2002. Estima-se que a inconstância do apoio chinês tenha prejudicado as relações com Angola no início (XAVIER, 2011), fato que começaria a se atenuar em 1983, ano em que a China reconhece diplomaticamente o MPLA como o governo legítimo de Angola. Nos anos subsequentes, as relações entre os dois países não obteve grande proeminência, conjuntura que se alteraria no início dos anos 2000 e a aproximação do Acordo de Paz de Luanda.

A partir desse marco temporal, as relações adquirem uma importância cada vez mais estratégica, haja vista os seguintes elementos:

- a) a busca de segurança energética chinesa fora do Oriente Médio e distante da atuação de empresas dos Estados Unidos (TAYLOR, 2006);
- b) a estratégia global chinesa de cooperação sul-sul, projeção de poder e fortalecimento da multipolaridade, de modo a maior inserção no Sistema Internacional e;
- c) salvaguardar uma atuação estratégica no continente africano, tido como a nova fronteira do capitalismo global (SARAIVA, 2015).

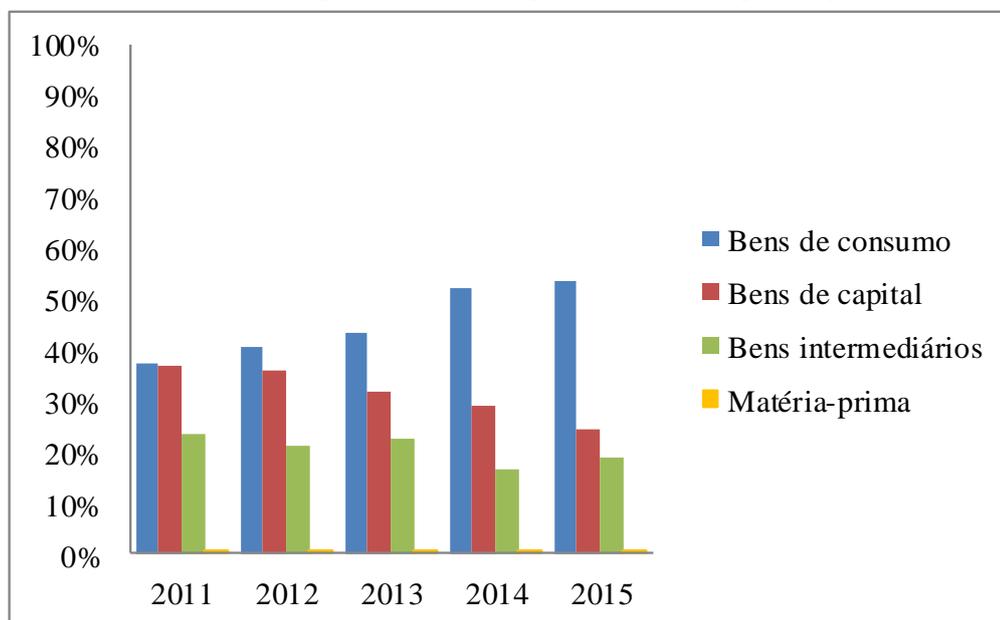
A concretização dos elementos supracitados perpassa por uma diplomacia econômica encabeçada por uma série de financiamentos extremamente competitiva realizada pelo Eximbank, visto que apresenta maior período de carência, menor taxa de juros e não condiciona políticas ou sociais para concessão de empréstimos. Dado que Angola possui um elevado risco de investimento, a maneira que a China assegura seus financiamentos dá-se pela garantia de aquisição de petróleo e reserva de mercado de 70% para empreiteiras chinesas cujos contratos tenham sido feitos por empresas chinesas. Nenhum país conseguiu obter tamanhas vantagens competitivas em Angola, visto que, em primeiro lugar:

- a) investem muito menos e com juros maiores;
- b) não são rápidos e eficientes como os chineses e;

- c) muitos não possuem um banco de financiamento estatal disposto a investir com capacidade semelhante no país africano.

É preciso atentar, contudo, que a relação China e Angola tende a ser desigual comercialmente, uma vez que, apesar de a China importar muito mais do que exportar, a pauta importadora da China resume-se a petróleo, enquanto que exporta bens com maior valor agregado ao país africano, conforme disponibilizado no gráfico 10. Discute-se, desse modo, se a relação de extrema dependência de exportação de petróleo de Angola não colocaria a economia nacional em uma condição de maior vulnerabilidade.

Gráfico 10- Composição da Pauta Exportadora da China para Angola



Fonte: Adaptada de Banco Mundial (2016b).

Por fim, conclui-se que a atuação chinesa utiliza-se majoritariamente de uma diplomacia econômica para assegurar os fortes laços estratégicos, tornando-se o parceiro comercial de maior expoente e o maior financiador de projetos no país, colocando os tradicionais atores internacionais que atuam em Angola em uma condição de menor expressão de projeção de poder.

3.2 A PRESENÇA BRASILEIRA EM ANGOLA

A presente seção do Capítulo 2 propõe-se a analisar as condições em que se encontram as relações de Brasil e Angola seguindo, para tal fim, o seguinte roteiro: em primeiro momento, será feita uma breve contextualização histórica da relação entre os dois países, utilizando os “quatro impulsos” propostos por Visentini (2016, p.7) para compreender essa relação; no segundo momento, inicia-se uma análise de dados de comércio e investimento entre Brasil e Angola, apresentando dados primários do Banco Mundial, da OMC e de consultorias internacionais. Nessa subseção, será explanado com mais detalhes um importante elo que garante os financiamentos no país africano: o BNDES. A seguir, serão apresentados os principais projetos brasileiros desenvolvidos em Angola, acompanhado por uma lista das maiores empresas do Brasil atuantes no país africano. Procede-se, por fim, aos desafios encontrados pela atuação brasileira em Angola, convergindo para as conclusões preliminares em que será possível tecer um quadro mais amplo do estado da atual relação entre os dois países.

3.2.1 Breve histórico da atuação brasileira em Angola

Os laços históricos entre Brasil e Angola remontam ao período do tráfico de escravos entre os dois lados do Atlântico, notadamente sob dominação portuguesa através do sistema colonialista. Esse ponto longínquo de confluência foi lembrado muitas vezes em discursos oficiais de presidentes dos dois lados do Atlântico do Sul, elemento que compõe não apenas a amizade entre os dois países, mas também de responsabilidade histórica. Ao que diz respeito ao escopo desse trabalho, contudo, será utilizada a abordagem de Visentini (2016), em que se compreende a relação Brasil-Angola a partir de quatro impulsos, sejam eles:

- a) reconhecimento da independência angolana em 1975;
- b) articulação via ZOPACAS;
- c) criação da CPLP e;
- d) política africana a partir do governo Lula.

Em se tratando do primeiro impulso, importa notar que se trata de um período em que ocorreu o florescimento de movimentos de libertação nacional na África e, mais

especificamente, a independência angolana em 1975 pelo MPLA. Em relação ao Brasil, o ano de 1975 configurou-se dentro do governo Geisel que, coadunado à ideia de “Pragmatismo Responsável”, destacou-se internacionalmente como o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola, ainda no mesmo ano. Conforme aponta Visentini (2016), tamanha agilidade referia-se ao teor anticolonialista da política externa brasileira à época e pelo fato de Angola ser um país rico em petróleo e recursos minerais, além de possuírem o Português como idioma em comum. Ademais, em 1973 a Crise do Petróleo no mundo impactou sobremaneira o Brasil, visto a forte dependência de petróleo externo e porque, internamente, o momento de crescimento econômico baseava-se em um processo de substituição de importações. Esse último argumento, por fim, acelerou a aproximação com Angola, interesse que seria concretizado claramente em 1979 com a instalação da Petrobras no país africano. O primeiro impulso tem seus efeitos sentidos até 1985, visto que durante essa década uma série de acordos de cooperação foi assinada em diversas áreas (VISENTINI, 2016, p.124) como o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre Brasil e Angola em 1980 (BRASIL, 2015a) que, *a posteriori*, viria a criar a Comissão Mista de Cooperação Bilateral Brasil-Angola.

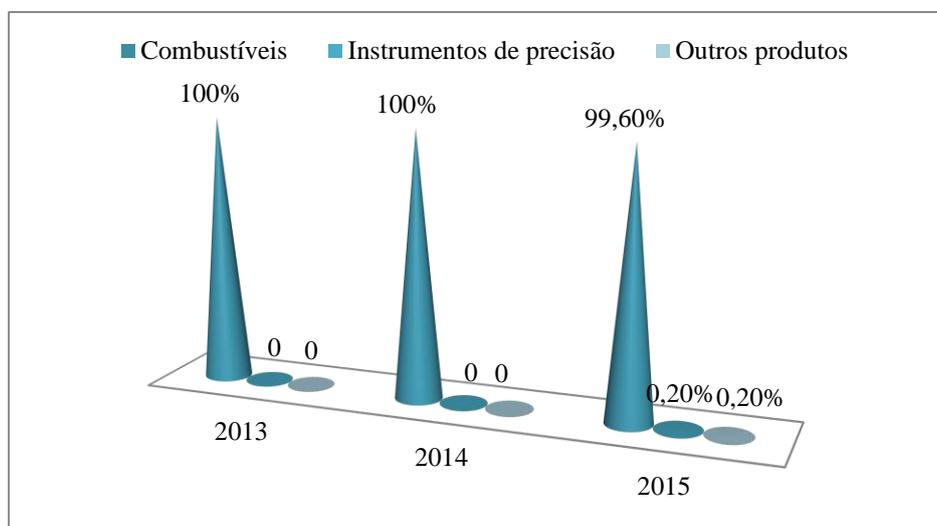
O segundo impulso, marcado cronologicamente de 1986 a 1992 e ideologicamente pelo fim do “pragmatismo responsável” e intensificação do pessimismo com o Terceiro Mundo, tem como principal marca a criação da ZOPACAS — importante mecanismo de defesa estratégica no Atlântico Sul do qual Brasil e Angola fazem parte. Durante o segundo impulso, salienta-se a participação brasileira em missões de paz em Angola em 1995 (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.98). O terceiro impulso deu-se através da CPLP — com foco em intercâmbio cultural, coordenação sistemática entre os países lusófonos e auxílio de integração econômica entre os países membros que, junto aos PALOPs apresentou-se como a melhor estratégia de inserção diplomática brasileira na África. Por último, o quarto impulso remete ao ápice da política africana do Brasil (Governo Lula), caracterizada pela expansão de acordos econômicos, educacionais — PEC-G e PEC-PG (BRASIL, 2015b) — comerciais, culturais e diplomáticos, tendo seu maior expoente em 2010 com o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Angola (MONTE, 2009). Tal aproximação traduziu-se em aumento do número de visitas presidenciais (sete no total), cooperação multilateral e maior coordenação na ONU, visto que os dois lados do Atlântico Sul convergiam em se opor às medidas protecionistas engendradas por países desenvolvidos na OMC.

3.2.2 Comércio e investimento brasileiros em Angola

O longo conflito angolano (1975-2002) comprometeu grande parte da infraestrutura e das instituições políticas do país, fato que dificultou o estabelecimento de relações comerciais e a segurança de novos investimentos; em 2008, o risco país de Angola sequer fora classificado pelas agências Moodys, S&P e Fitch (AFRICA'S..., 2016). No entanto, a conjuntura desfavorável não impediu que Brasil e Angola tivessem intensas relações comerciais desde 1980, ano em que o BNDES concedeu as primeiras linhas de crédito — colocando Angola como a anfitriã do maior número de empresas brasileiras na África (BRASIL, 2015c). No ano de 2005, por exemplo, o BNDES foi responsável pela concessão de uma linha de crédito no valor de US\$ 580 milhões, quantia que seria praticamente duplicada no ano seguinte com a concessão de uma linha de crédito adicional destinada à compra de equipamento para biocombustíveis (WONG, 2013, p.10). Nesse quesito, é relevante destacar como elementos analíticos o papel de instituições creditícias e de agências promotoras de comércio entre os dois lados do Atlântico, sejam elas: o supracitado BNDES, a Caixa Econômica Federal, APEX, Cofig e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) — esta responsável pela coordenação de programas e projetos brasileiros de cooperação técnica (BRASIL, 2015d). Destaca-se que, diferentemente dos tradicionais emprestadores em Angola, tais como o Banco Mundial e o FMI, o Brasil não exige contrapartidas políticas ou sociais para conceder financiamentos; o modelo de negócios do Brasil destaca-se em Angola pela intensa utilização e capacitação da mão de obra local. Ademais, outro elemento que auxiliou a concessão de grandes investimentos em Angola, considerada com elevado risco país, é a estratégia de pagamento de exportações com petróleo (Vilas-Bôas, 2014), método semelhante ao praticado pelos chineses.

O petróleo, que representa 46% do PIB e 96% de suas exportações (BANCO MUNDIAL, 2013), é o principal produto de exportação angolana para o Brasil, conforme demonstrado no gráfico 6. Nota-se que no triênio 2013 a 2015 a participação desse produto é de quase 100%, com uma leve mudança em 2015 para inclusão de 0,2% de exportação de instrumentos de precisão.

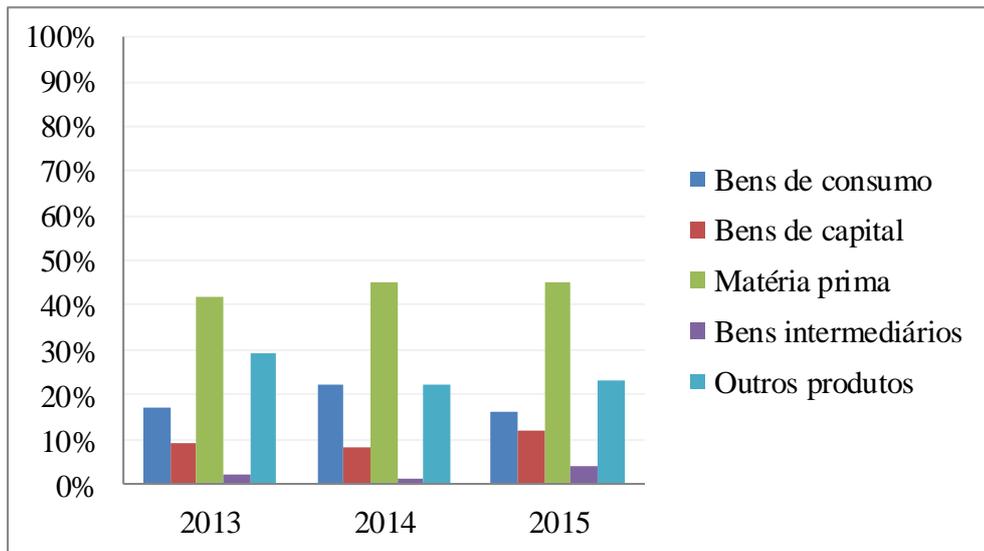
Gráfico 11 - Exportações angolanas para o Brasil



Fonte: Adaptada de Brasil (2016e).

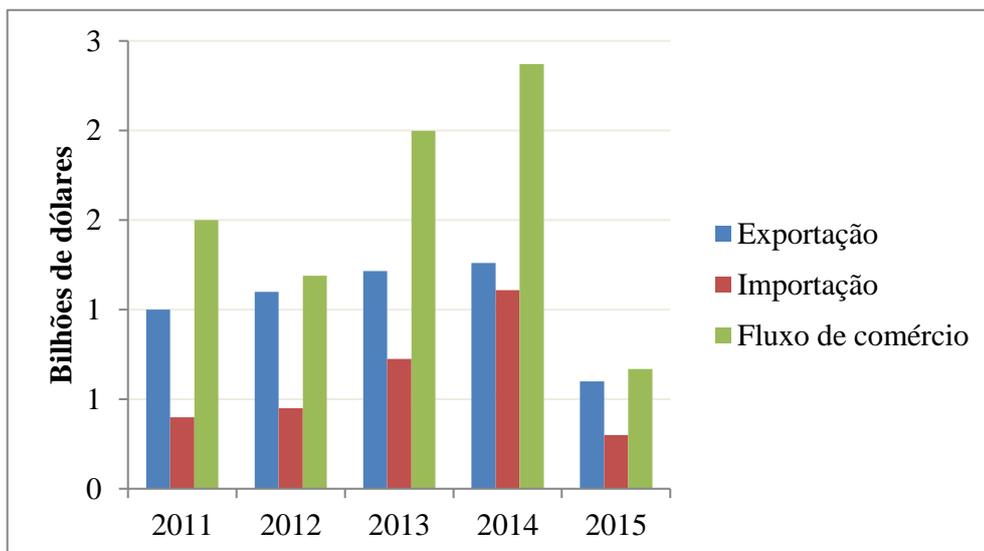
Quando comparada à pauta de exportação brasileira para Angola, verifica-se um desequilíbrio nos termos de troca, visto que o Brasil exporta produtos de maior valor agregado e atua em diversos setores da economia angolana (ver gráfico 12). Nota-se que há um crescimento estável da exportação de matéria prima entre 2013 e 2015, comportamento que não se repete quando comparado aos demais componentes, como bens de consumo, bens de capital, bens intermediários e outros produtos (BRASIL, 2016e).

Gráfico 12 - Composição da pauta exportadora brasileira para Angola de 2013 a 2015



Fonte: Adaptada de Brasil (2016e).

Gráfico 13 - Comércio brasileiro com Angola de 2011 a 2015



Fonte: Adaptada de Brasil (2016e).

O fluxo de comércio entre Brasil e Angola foi marcado por uma relativa queda de 20% entre os anos de 2011 e 2012 e por uma recuperação de 21% de 2012 a 2014, fato que seria sucedido por uma brusca queda de 71% no ano seguinte. As exportações e as importações seguiram um movimento ascendente de 2011 a 2014, sendo interrompidas em 2015 por patamares ainda menores dos que os valores iniciais de 2011.

3.2.3 Projetos

Haja vista a atuação de longa data entre Brasil e Angola e os fortes laços históricos e culturais entre os dois lados do Atlântico Sul, os projetos brasileiros desenvolvidos em Angola atuam em diversos setores, tais como o educacional, o da saúde, agricultura, cooperação técnica na indústria e capacitação profissional de angolanos. Ademais, conta como principais parceiros difusores o SENAI, ABC, FIOCRUZ e parcerias com grandes empresas, tais como a Odebrecht, detentora de metade das linhas de crédito concedidas pelo BNDES. Desde a política africana de Lula, as relações com Angola adquiriram um papel de grande relevância dentre os parceiros no continente africano, com destaque a ações no âmbito social. Dentre os principais projetos brasileiros desenvolvidos em Angola, importa notar:

- a) **Programa Kulonga Pla Kukula:** Desenvolvido pela Odebrecht Angola, Gesterra e a rede de supermercados Nosso Super, tem como objetivo a geração de renda na agricultura familiar ao expandir o banco de sementes para 115 produtores das comunidades de Cacusó, próximo à Hidrelétrica de Capanda (ODEBRECHT, 2010). Conforme apontam Iglesias e Costa (2011, p.25), o programa também inclui uma ampla ação social atuante desde o combate à AIDS a tratamento de água. O projeto Kulonga incluiu a construção de 29 lojas, onde os agricultores vendem sua produção;
- b) **Projeto de Capacitação de Militares de Angola:** Auxílio brasileiro na construção da indústria de defesa angolana, com destaque para a construção de portos, projetos navais, venda de aviões e armas não letais. Em 2013, foi estabelecido o Comitê Interino Conjunto de Defesa (CICD), para coordenar as ações de cooperação na área de defesa; ademais, recebera seis super tucanos da Embraer (SUPER..., 2013). Em 2014, foi assinado um acordo que prevê a venda de sete navios-patrolha à Marinha angolana (EMPREITEIRAS..., 2014);
- c) **Projeto de Capacitação do Sistema de Saúde:** Financiado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), visa difundir conhecimentos técnicos por meio do estabelecimento de bibliotecas e infraestrutura tecnológica necessária para tal fim; ademais, busca-se implementar em

Angola a bem sucedida experiência brasileira de bancos de leite humano fim (FIOCRUZ, 2016);

d) **Projeto de energia:** Destinado a aumentar a oferta de açúcar, etanol e eletricidade em Angola, a Odebrecht associou-se com a Sonangol (estatal petrolífera angolana) e com a Damer, também angolana (BUILDING..., 2013). Estima-se o manejo de 32 mil hectares destinados a esse projeto. Ademais, cabe destacar a construção de seis hidrelétricas pela Odebrecht, a primeira realizada ainda em 1984 em Campanda — uma das maiores empregadoras privadas do país (HIDRELÉTRICA..., 2016). Em anos recentes, a Odebrecht tem operado em obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, com previsão de ser finalizado em 2017 em parceria com empresas do Emirados Árabe e Portugal. Estima-se que terá um potencial instalado de 2070 megawatts, com a geração de 8,6 mil giga watts por hora (ODEBRECHT, 2015) e;

e) **Centros de capacitação técnica:** Realizado pela parceira SENAI e ABC, o *Brazil-Angola Vocational Training Center* trata-se da construção de centros de formação profissional com o objetivo de fornecer treinamento para locais nos setores de construção civil, tecnologia da informação e mecânica; estima-se que mais de 3000 angolanos já tenham recebido treinamento desde 1997, ano de sua implementação (WONG, 2013,p.7). Outro centro de capacitação existente é o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola-Japão.

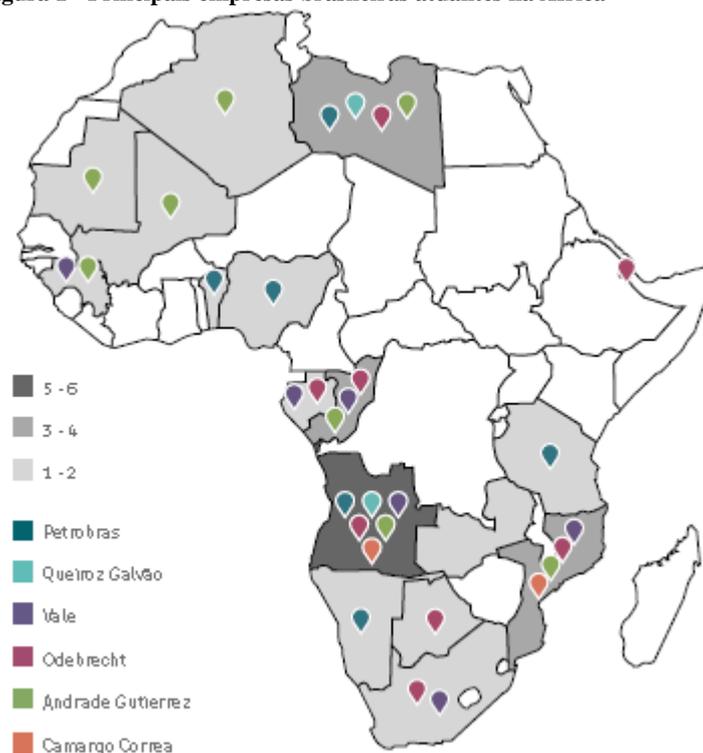
3.2.4 Empresas atuantes

Associada a uma classe média que representa 38,1% da população (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2011), a ascensão brasileira no mercado angolano possibilitou um aumento do número de investimentos em diversos setores da economia africana, tal como o de telenovelas, visto o aumento da presença da TV Globo e Record no país. A importância das novelas está em reduzir possíveis obstáculos cotidianos decorrentes de choques culturais e auxiliar na absorção do *soft power* brasileiro. Ademais, propicia maior aceitação às pequenas e médias empresas que em anos recentes iniciaram seu processo de internacionalização em Angola. Conforme aponta Visentini:

A Associação Brasileira de Franchising (ABF) registrou, até 2008, treze franquias de marcas brasileiras funcionando em Angola: *O Boticário, Richards, Escolas FISK, Sapataria do Mundo, Mundo Verde, Mister Sheik, Livraria e Papelaria Nobel*, entre outras. (VISENTINI, 2016, p. 125)

Percebe-se, desse modo, que há dois tipos de empresas brasileiras atuando em Angola; as grandes — que se inseriram no país poucos anos depois da independência — e as pequenas e médias empresas, estas em maior número e de inserção recente (BANCO MUNDIAL, 2011), beneficiada por projetos de internacionalização do BNDES. Dentre os novos setores em que o Brasil atua, destaca-se o de tecnologia de informação, com as empresas SupportComm (telefonia móvel), Totvs (software) e Positivo Informática. À parte de possíveis novos entrantes no mercado angolano, deve-se registrar a tradicional presença de grandes construtoras brasileiras, como a Odebrecht, Vale e Petrobras. A seguir, a figura 1 aponta onde se encontram as principais empresas brasileiras na África:

Figura 1 - Principais empresas brasileiras atuantes na África



Fonte: Ipea e Banco Mundial (2011).

A Odebrecht iniciou suas atividades em 1984 durante a guerra civil angolana e atua no setor de construção civil; foi responsável pela construção de seis hidrelétricas no país, tais como a de Capanga, Laúca e Cambambe, além de trabalhar em conjunto eventualmente com empresas chinesas, tal como ocorrera na Refinaria de Lobito, Aeroporto de Namibe e na

Rodovia de Benguela-Baía (ODEBRECHT, 2015). A Odebrecht, juntamente com outras grandes empresas no ramo infraestrutural, também gerencia a distribuição de água tratada, unidades habitacionais e esgoto (VISENTINI, 2016, p.8), à parte de sua atuação no ramo bioenergético com BIOCOM e SONANGOL. Além disso, a Odebrecht se destaca como a segunda maior geradora de empregos em Angola, contando com 16 mil funcionários dos quais 90% são angolanos (GAIO, 2012, p. 37). Outro tradicional ator brasileiro em Angola inclui a Petrobras, presente em Angola desde 1979, apenas quatro anos depois da independência do país. Dedicar-se à prospecção e exploração de petróleo em águas profundas e reconhece em Angola um país estratégico no mercado internacional de petróleo (IGLESIAS; COSTA, 2011); Andrade Gutierrez, atuante no setor de rodovias, estradas e planejamento E Camargo Correa, dedicada a atuar no setor de construção civil, com enfoque a cimento. Ademais, cabe citar a presença da Queiroz Galvão, Engevix, Fidens, Aperbras, Stefanini e Embraer. Por fim, menciona-se a Vale, no ramo da mineração e extração de cobre e níquel.

3.2.5 Desafios

A projeção da imagem brasileira em Angola é muito beneficiada pela aproximação cultural propiciada pelas telenovelas da Globo e da Record e pelo fato de que, pela língua materna comum, os possíveis obstáculos de comunicação serem mitigados sensivelmente. Além disso, o modelo de negócios brasileiro prioriza a capacitação da mão de obra local e o maior emprego de angolanos nas empresas brasileiras, fato que se destaca quando comparado a outro grande parceiro no país, como a China. Estima-se que o maior desafio enfrentado atualmente diga respeito a origens de linhas de crédito destinadas a financiar os projetos brasileiros em Angola; apesar de o BNDES ser um eixo ativo e fundamental dessa parceria estratégica, ele não é suficiente frente a demais fontes de financiamento de outros países, como o Eximbank. Ilustrativo é apontar o Investimento Externo Direto de 58 milhões de dólares feito pelo governo brasileiro em 2008, frente aos 2,9 bilhões de dólares feito pelo governo chinês no mesmo ano (VISENTINI, 2016, p.8).

3.2.6 Conclusões preliminares

Pode-se concluir que, desde o início, as relações entre Angola e Brasil foram caracterizadas pelos fortes laços históricos e culturais que remontam ao fato de terem sido

colonizados por Portugal e terem sido inseridos no processo escravagista; tal responsabilidade histórica foi recuperada com frequência em discursos oficiais por ambas as partes do Atlântico Sul, e fará parte de um dos elementos argumentativos da cooperação Sul-Sul entre os dois países. Relevante para o escopo do presente trabalho, contudo, é estudar as relações entre Brasil e Angola a partir de 1975, ano em que o Brasil reconhece a independência angolana encabeçada pelo MPLA. A partir desse marco temporal, as relações adquiriram uma importância cada vez mais estratégica, haja vista os seguintes elementos:

- a) o “Pragmatismo Responsável” de Geisel e expansão de mercado e internacionalização de empresas brasileiras na África;
- b) o papel do BNDES e da ODEBRECHT na reconstrução de Angola, com destaque a partir de 2003 no governo Lula e a parceria estratégica em 2010 e;
- c) a criação de mecanismos multilaterais de cooperação em áreas como educação, saúde e desenvolvimento profissional.

Em se tratando do primeiro aspecto, conclui-se que o rápido reconhecimento da independência angolana estava relacionado ao teor anticolonialista do “Pragmatismo Responsável” e pela ávida necessidade de assegurar uma nova fonte exportadora de petróleo, haja vista os Choques de Petróleo dos países da OPEP em 1973 e 1979; tão preeminente era essa necessidade que, em apenas quatro anos após a independência de Angola, a PETROBRAS iniciou suas atividades no país africano. Além do setor energético, a construção civil é outro marco relevante da atuação brasileira: em 1985, a Odebrecht — que viria a se constituir como a maior empregadora do país em anos recentes — iniciou suas atividades com a construção de uma hidrelétrica e com a atuação no ramo de diamantes, setor em que atuará até meados de 1993. Ademais, outras grandes empresas perceberam em Angola um *hot spot* seja pela alta demanda de investimentos em infraestrutura, então destroçada pelo longo conflito de 1975 a 2002; seja pela dependência angolana de receita através da exportação de matérias primas como minerais e petróleo, fato este que abriu o mercado para a Vale, tornando-se uma das principais empresas de mineração atuantes no país. Nada disso seria possível, no entanto, sem o aparato do Estado brasileiro em financiar essas grandes empresas através de instituições creditícias como o BNDES, grande responsável pela maioria dos projetos em curso em Angola.

Os financiamentos disponibilizados pelo Brasil têm capilaridade não apenas na infraestrutura e serviços básicos necessários em Angola, mas em áreas como saúde, educação

e capacitação técnica da mão de obra local, o que eleva a relação entre os dois lados do Atlântico a um alto nível de institucionalização e horizontalidade. A criação de centros profissionalizantes, intercâmbio educacional e mesmo projetos desenvolvidos pela Odebrecht ajudaram a construir uma imagem positiva do Brasil em Luanda. É preciso atentar, contudo, que a relação entre os dois países tende a ser desigual comercialmente, haja vista que há uma forte dependência do petróleo no PIB e nas exportações angolanas, com baixíssima diversidade na pauta exportadora do país; e pelo fato de que o Brasil exporta bens de maior valor agregado, ainda que tenha havido uma relativa queda de 2013 a 2015. Associado a isso, outro elemento preocupante diz respeito à expansão de linhas de crédito brasileiras em projetos na Angola que, quando comparada às chinesas, têm uma projeção aquém do esperado.

4 AS ATUAÇÕES DO BRASIL E DA CHINA EM MOÇAMBIQUE

A presente seção propõe-se a analisar a inserção chinesa em Moçambique seguindo, para tal fim, o seguinte roteiro: em primeiro momento, será feita uma breve contextualização histórica da relação entre os dois países, percorrendo os principais acontecimentos como a independência em 1975 e o Acordo de Paz em 1992; no segundo momento, inicia-se uma análise de dados de comércio e investimento entre China e Moçambique, apresentando dados primários do Banco Mundial, da OMC e de consultorias internacionais. A seguir, serão apresentados os principais projetos chineses desenvolvidos em Moçambique, acompanhado por uma lista das maiores empresas da China atuantes no país africano. Proceder-se, por fim, aos desafios encontrados pela atuação chinesa no país, convergindo para as conclusões preliminares em que será possível tecer um quadro mais amplo do estado da atual relação entre os dois atores.

4.1.1 Breve histórico da atuação chinesa em Moçambique

As relações sino-moçambicanas existem há séculos, no entanto, para o escopo do presente trabalho, cabe-nos rememorar o estabelecimento de relações diplomáticas a partir do século XX, visto que em 1975 a China foi o primeiro país a reconhecer a independência de Moçambique (MABUCANHANE, 2015, p.5). Importa notar que, assim como outros países africanos — a exemplo de Angola, presente no capítulo anterior — Moçambique procurava apoio externo no processo de emancipação política frente ao domínio colonial; no geral, o apoio era obtido via Moscou, Pequim ou Washington. Também é de relevância perceber que a China apoiara diferentes movimentos de libertação em Moçambique, tal como o fizera em Angola; de acordo com Chichava (2010, p.340), os chineses prestaram auxílio à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), ao Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO) e ao Partido Popular de Moçambique (PAPOMO), o que endossa o premente pragmatismo chinês em relação à África, aliado à estratégia de conter a ascensão de projeção soviética. Ademais, deve-se destacar o passado comum de usurpações estrangeiras: na China, pelas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) e em Moçambique, pela notória colonização portuguesa. De acordo com Thomas Henriksen, o primeiro presidente da FRELIMO quando

de sua visita à China, “[...] estava convencido de que a luta histórica do povo chinês tinha relevância à presente luta do povo africano¹¹” (Henriksen, 1978, p. 443, tradução nossa).

O pioneirismo chinês, contudo, não logrou grandes resultados iniciais; de acordo com Jackson (1995), alguns fatores constrangeram a aproximação à época, sejam eles:

- a) divergências na guerra civil em Angola dado que, em 1975, os chineses apoiaram a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) enquanto os moçambicanos apoiavam o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA);
- b) invasão chinesa ao Vietnã e;
- c) apoio chinês a Pol Pot no Camboja.

Esses fatores, associados à guerra civil que durara até 1992, dificultaram a maior interação entre os dois países. As relações sino-moçambicanas somente viriam a se normalizar a partir de do final dos anos 1990 e início do século XXI com a política de “*Going out*” da China, quando se iniciou um massivo financiamento de empresas chinesas para internacionalização e conquista de novos mercados externos. Conforme pontuam Roque e Alden (2004), entre 1997 e 1998 o Eximbank fora responsável por um fundo de investimentos para Moçambique no valor de US\$ 20 milhões. Ademais, deve-se colocar em perspectiva que a partir dos anos 1980 Maputo se encontrava em um grande desmantelamento político, militar e financeiro, sobretudo pela guerra civil, dependência de investimentos externos (com condicionalidades margeadas por Bretton Woods) e cooperação técnica — imposições que lhe renderam uma das maiores dívidas do mundo (MABUCANHANE, 2015, p.5). A China, portanto, era uma alternativa de financiamento visto que não traçava condicionalidades para a liberação dos mesmos. Em 2006, o então presidente moçambicano Emilio Guebuza visitara a China para o terceiro encontro ministerial do FOCAC, circunstância em que fora concedido ao país africano o Status de Destino Aprovado (ADS) para turistas chineses (CHINA..., 2006). Em 2007, o Presidente chinês Hu Jintao prestou uma visita oficial à Maputo e forneceu às forças armadas moçambicanas US\$ 1,5 milhão em equipamentos não militares, e o perdão de US\$ 52 milhões da dívida pública de Moçambique (CHINA’S..., 2016). Atualmente, o enfoque das relações diplomáticas entre os dois países dá-se pelas vias econômicas, com

¹¹ Do original em inglês: “[...] was convinced that the historical struggle of the Chinese people had relevance to the presente struggle of the people of Africa” (Henriksen, 1978, p. 443).

destaque à posição de segundo maior investidor no país africano. Na seção subsequente, serão fornecidos maiores detalhes sobre os fluxos comerciais entre China e Moçambique.

4.1.2 Comércio e investimento chineses em Moçambique

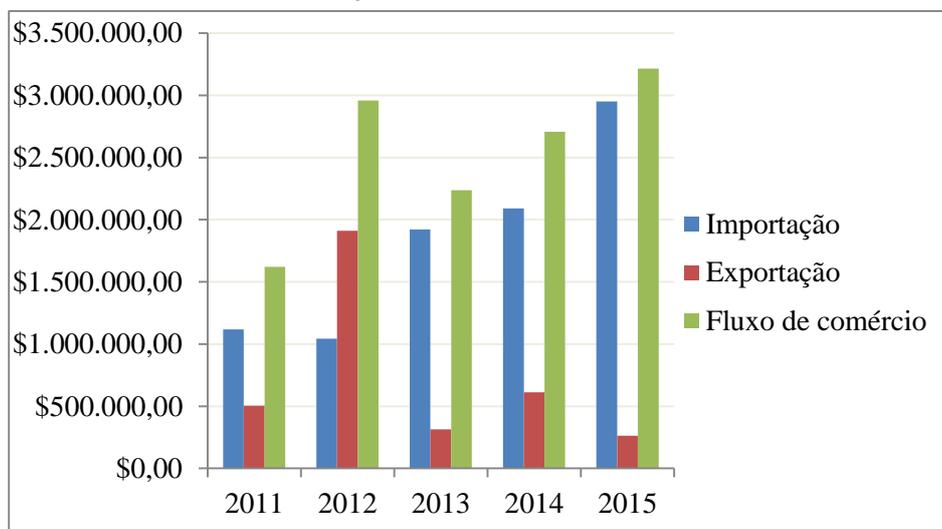
Após a intensa guerra de independência, seguida pela guerra civil que se estendera até 1992, ano do Acordo Geral de Paz, Moçambique iniciou um instável processo de soerguimento econômico, financeiro, político e social. De 1992 a 1995, o PIB moçambicano variou pouco, entre US\$ 2,291 bilhões para US\$ 2,5 bilhões; no ano seguinte, o PIB registrou impressionantes 26,84% de crescimento anual, marca que viria a ser ofuscada no ano seguinte com uma queda de 16 pontos percentuais. Em 1996, a taxa média da população vivendo abaixo da linha da pobreza era de 69,4%, acompanhada por uma taxa de expectativa de vida ao nascer de 46,5 anos (BANCO MUNDIAL, 2016a). A queda do PIB se manteve forte até o ano 2000, quando registrara a segunda menor taxa de crescimento anual desde o fim da guerra civil (BANCO MUNDIAL, 2016b). A partir de 2001, Moçambique registrou melhoras de índices socioeconômicos: de acordo com o Relatório Nacional do FMI n.º 13/1 (FMI, 2013), o país apresentou a maior taxa de crescimento do PIB real entre 2001 e 2013, quando comparado às economias avançadas e África Subsaariana; e a maior reserva internacional bruta quando comparado às economias de fronteira¹² e à África negra — feito parcialmente possível graças à forte entrada de capital estrangeiro direcionada a megaprojetos no país (FMI, 2013, p.7). Quanto aos indicadores sociais, destacam-se a queda para 54% da porção da população que vive abaixo da linha da pobreza e o aumento do número de inscritos na educação primária (BANCO MUNDIAL, 2016c). É diante dessa conjuntura específica de pós-guerra que a China tornou-se um dos principais parceiros comerciais de Moçambique, firmando com este uma parceria estratégica na África (CHINA..., 2016).

Ao analisar os dados dispostos pelo Banco Mundial, nota-se que a balança comercial entre China e Moçambique tem um valor acumulado de quase US\$ 13 bilhões entre 2011 e 2015, valor pouco expressivo quando comparado à Angola, outro país lusófono com quem a China traçou uma parceria estratégica; percebe-se uma trajetória ascendente do fluxo de comércio de 2013 a 2015 (ver gráfico 14), com uma taxa média de crescimento anual de 25,35% com grande peso das importações chinesas compondo, em

¹² Economias de fronteira: Angola, Gana, Maurícias, Quênia, Senegal, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe.

média, 82% do fluxo de comércio sino-moçambicano no triênio supracitado. O único momento em que as exportações moçambicanas superaram as importações chinesas ocorreu em 2012, com um saldo comercial favorável a Moçambique no valor de US\$ 1,9 bilhão. Convém notar que, de 2011 a 2015 a trajetória de importação chinesa manteve-se acelerada, com uma taxa média de crescimento de 23,5%, ainda que nem sempre ascendente; o mesmo, contudo, não é possível afirmar do lado africano: as exportações moçambicanas registraram uma queda de 15,9% no período supracitado.

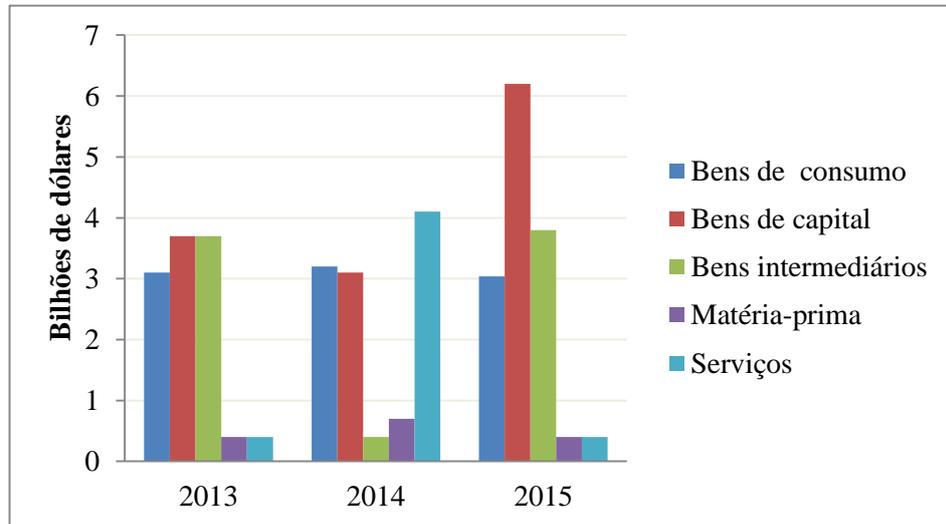
Gráfico 14 - Comércio moçambicano com a China entre 2011 e 2015



Fonte: Adaptada de Banco Mundial (2016b).

Quando analisado mais a fundo as composições das pautas exportadoras, verifica-se que o desequilíbrio da balança comercial não é meramente quantitativo, mas também em relação aos termos de troca: de acordo com o Banco Mundial (ver gráfico 15) os chineses concentraram sua força exportadora em três frentes, sejam elas a de bens de consumo, bens intermediários e bens de capital tais como veículos, artigos de metal e ferro e partes do conjunto elétrico de automóveis (CCS, 2009) com relativa mudança no ano de 2014 para a súbita ascensão do setor de serviços.

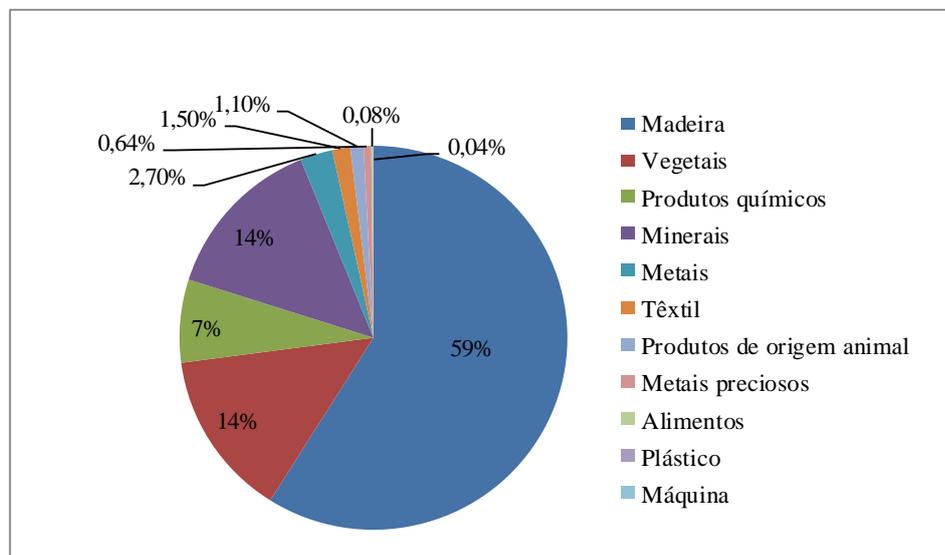
Gráfico 15 - Composição da pauta exportadora chinesa para Moçambique de 2013 a 2015



Fonte: Adaptada de Banco Mundial (2016c).

Da parte moçambicana (ver gráfico 16), é possível destacar o grande peso do setor madeireiro nas exportações para a China: estima-se que 59% das exportações de Moçambique configuram-se em madeira, seguido por 14% de vegetais, 14% de minerais, 7% de alimentos e o restante difundido no setor têxtil, metais preciosos, máquinas e produtos químicos. Argumenta-se que, desse modo, a balança comercial sino-moçambicana tende a ser favorável à China em termos absolutos e relativos, traduzindo-se em déficit comercial para Moçambique.

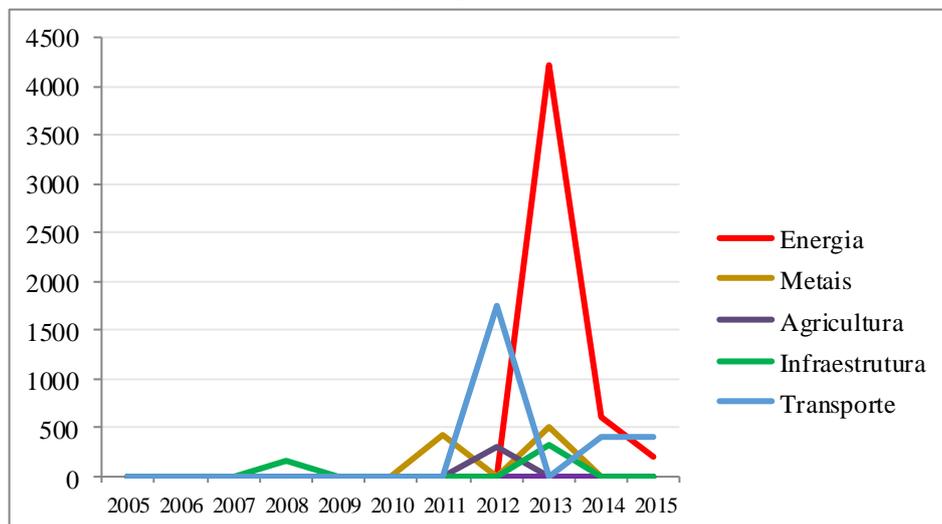
Gráfico 16 - Pauta exportadora de Moçambique para a China em 2014



Fonte: Adaptada de The Observatory of Economic Complexity - OEC (2016).

Cabe, por fim, analisar a gama de investimentos chineses no país africano (ver gráfico 17). Conforme os dados disponibilizados pelo *China Global Investment Tracker* (2016), diante de uma série delimitada por um espaço de tempo de uma década não é possível depreender uma clara estratégia de investimentos chinesa para Moçambique visto que, em primeiro lugar, desde 2005 não há nenhum setor com ganhos crescentes para além de um ano; em segundo lugar, os dois maiores receptores de investimentos chineses tiveram uma forte queda seguida ao ano em que registraram um ápice de capital investido e; o fluxo de investimento foi altamente instável na série analisada. Como exemplo, examina-se o setor energético que, no ano de 2013 registrou quase US\$ 4,5 bilhões investidos para que, no ano seguinte, sequer tocasse a margem de US\$ 1 bilhão; semelhante forte queda é registrada no setor de transportes: no ano de 2012 alcançara US\$ 1,7 bilhão, seguido por uma brusca queda para US\$450 milhões em 2014, valor que sofrera uma pequena melhora no ano subsequente. O setor de infraestrutura, justamente o setor em que a China costuma estar melhor inserida no continente africano com vantagens competitivas garantidas pelo Eximbank e o FOCAC, foi o menos promissor na década analisada; seu auge sequer alcançara a margem de US\$ 500 milhões.

Gráfico 17 - Investimento setorial chinês em Moçambique de 2005 a 2015 (valores dados em bilhões de dólares)



Fonte: The American Enterprise Institute e The Heritage Foundation (2016b).

A sugestiva baixa clareza de uma estratégia de investimentos chinesa adotada em Moçambique parece contradizer, ao menos em parte, os esforços diplomáticos construídos entre os dois países, como o Acordo de Promoção de Proteção Recíproca de Investimento de 2001; o Acordo de Cooperação em Agricultura, Saúde, Educação e Mineração de 2004; e o

Acordo de fortalecimento comercial e econômico da Parceria Bilateral de 2007, a ser aplicado no biênio 2008-2009 (CCS, 2009, p.9).

4.1.3 Projetos

Os projetos chineses desenvolvidos destacaram-se, em uma primeira instância, pelos fortes laços de solidariedade e assistência, com destaque ao apoio concedido no setor de agricultura, especialmente quando da grave crise de fome de 1983 que assolara o país africano (ROQUE, 2009, p.3); *a posteriori*, demais áreas começaram a ser contempladas. Estima-se que a China possui cerca de 130 projetos de investimentos aprovados, capazes de gerar um retorno para a sociedade moçambicana com a criação de 26.133 novos empregos (MABUCANHANE, 2015, p.18). Dentre os principais projetos chineses é possível citar, primeiramente, os que tiveram auxílio do FOCAC de 2006, ocasião em que a China ofertara a Maputo o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) no valor de US\$ 55 milhões; um centro de pesquisa sobre a malária e a reconstrução do Parque Tecnológico de Moamba, orçado em US\$ 700 milhões (CCS, 2009, p.13). Além dos projetos supracitados, destacam-se os seguintes setores e suas respectivas iniciativas:

- a) **construção de prédios públicos:** construção do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Estádio Nacional com capacidade para 45.000 espectadores;
- b) **florestamento:** via parceria com locais que podem adquirir uma licença para a compra da terra, a exploração da madeira pau-ferro é o *core business* da China em Moçambique; estima-se que esta possui propriedades semelhantes ao do ferro, podendo ser utilizada na construção civil por um preço muito menor;
- c) **telecomunicações e transporte:** expansão da rede telefônica para a zona rural por meio de uma parceria com a Telecomunicações de Moçambique (TDM); estima-se uma concessão de financiamento no valor de US\$ 25 milhões;
- d) **reforma do Aeroporto Internacional de Maputo:** estima-se uma concessão de financiamento de US\$ 75 milhões pelo Eximbank (CCS, 2009, p.18);

- e) **agricultura:** construção de uma planta de processamento de soja no valor de US\$10 milhões (BOSTEN, 2006, p.4);
- f) **finanças:** acordo de facilitação de transferências bancárias entre China, Macau, Hong Kong e Moçambique por meio de um memorando de entendimento entre o Moza Banco e o Banco da China;
- e) **energia:** construção da hidrelétrica Mphanda Nkuwa com financiamento de US\$ 2,3 bilhões pelo Eximbank; estima-se uma capacidade instalada de 1,350 MW (MACAUHUB, 2009a). Apesar de o financiamento ser garantido pela china, a empresa responsável pela construção da hidrelétrica é a brasileira Camargo Corrêa e demais parceiros moçambicanos e;
- f) **infraestrutura:** Cerca de 30 empresas chinesas atuam nesse setor com parcerias com o Banco Mundial, Eximbank, o Governo de Moçambique e alguns atores privados. Construção pela China Henan International Cooperation Group (CHICO) de 154 km de rodovia entre Muxungwe e Inchope, totalizando US\$ 3,7 milhões (CHINESE..., 2007); construção de 200 km de rodovia entre Chitima e Mágoé; construção de uma ponte de 300 m sob o rio Incomáti, estimada em US\$ 8 milhões (MOZAMBIQUE..., 2008); reconstrução do sistema hídrico de Maputo estimado em US\$ 145 milhões; o projeto foi capaz de expandir a capacidade de metros cúbicos por hora de 6,000 para 10,000 e o acesso para 1,5 milhões de pessoas (MOÇAMBIQUE..., 2008) e finalização da Ponte da Unidade entre Moçambique e Tanzânia, com comprimento de 720 m (PONTE..., 2009).

4.1.4 Empresas

As empresas chinesas que mais atuam em Moçambique convergem para o setor de infraestrutura, fato que não surpreende quando levado em conta a situação de pós-guerra que o país se encontrara após 1992; da mesma forma que ocorrera em Angola, o governo moçambicano necessitava avidamente de investimentos destinados à reconstrução e à modernização da infraestrutura do país, de modo a possibilitar o soerguimento econômico e social de sua população. De acordo com o Departamento Econômico e Comercial da Embaixada Popular da China em Moçambique, as seguintes empresas atuam no ramo supracitado: SOGECO LDA, CCM, Gansu Hualong Overseas Engineering Corp., China Henan International Cooperation Group (CHICO), Anhui Foreign Economic Construction

Corporation (AFECC) (CONTRATOS..., 2012) Sol & Mar, Jiansu Geology Engineering CO. LTD., Zhongan LIMITADA, China Henan International Cooperation Group LDA, Nantong Construction Engineering Corporation, Sinohydro Corporational, China Metallurgical Construction, China Geology and Engineering Corporation, China Petroleum Pipeline Engineering Corporation. A inserção de empresas de grande porte apenas se tornou possível graças aos financiamentos propiciados pelo Eximbank e de sua não exigência de condicionalidades para concessão de investimentos, atitude diametralmente oposta a de outros grandes atores internacionais presentes no país. Além do setor de infraestrutura, é possível registrar a forte presença de empresas chinesas nos ramos de metalurgia (Zhong Mo Wai Jian Iron & Steel, LDA e Wuhan Iron&Steel Company, o maior investimento chinês na região) (CHINA'S..., 2012), algodão — *China-Africa Cottom*, uma parceria sino-franco-moçambicana — (International Growth Centre - IGC, 2014) e telecomunicações (Huawei Technologies CO., LDA e ZTE Corporation), além da tendência progressiva de inserção de pequenas e médias empresas chinesas em solo moçambicano.

4.1.5 Desafios

De acordo com Tembe e Xu (2013, p.11), os maiores desafios enfrentados pelas companhias chinesas em Moçambique devem-se à baixa capacitação da mão de obra local, baixo nível de confiança das instituições, alto índice de corrupção e à parca infraestrutura local capaz de atender às demandas das firmas chinesas, além da baixa difusão de desenvolvimento socioeconômico a áreas que não são centros políticos ou de exploração de recursos naturais. Conforme é possível perceber, são adversidades associadas mais propriamente à estrutura político econômica de Moçambique; para o caso específico da China, é possível pontuar mais especificamente os contenciosos nas áreas de florestamento e pesca — marcados pelo contrabando e violação de leis ambientais; e as externalidades negativas do financiamento chinês para a economia de Moçambique, visto que parte do empresariado local fica marginalizado de atuar em projetos públicos concedidos com empréstimo chinês. De acordo com o economista moçambicano Eduardo Sengo em entrevista concedida a DW (2016):

Este financiamento chinês não veio empoderar os recursos que foram canalizados pela comunidade empresarial. O que aconteceu é que as infraestruturas em si são um benefício para as empresas existentes. Mas em termos do que chamamos conteúdo local nos seus projetos [a participação] tem sido pouca. (FINANCIAMENTO..., 2016).

Desse modo, estima-se que haja a necessidade de maior difusão dos ganhos da inserção chinesa de modo a aumentar a endogenização da economia e possibilitar maiores janelas de atuação por parte do empresariado local.

4.1.6 Conclusões preliminares

Pode-se concluir que, inicialmente, as relações entre China e Moçambique foram caracterizadas pelo tradicional pragmatismo chinês em tecer alianças com diversos movimentos de libertação nacional que lutavam contra o domínio colonial de Portugal, tal como ocorrera em Angola. Estima-se que a inconstância do apoio chinês tenha causado uma relativa desconfiança inicial em Moçambique, sobretudo quando adicionado à análise o fato de que os dois países não convergiram em apoiar o mesmo movimento em território angolano. As relações diplomáticas sino-moçambicanas somente começaram a deslanchar quatro anos após o Acordo de Paz de 1992, coadunada à estratégia chinesa de “*Going out*” e o imprescindível apoio do Eximbank como principal financiador de projetos chineses no continente africano.

A partir desse marco temporal, as relações se intensificaram haja vista os seguintes elementos:

- a) o anúncio da Parceria Estratégica com Moçambique no século XXI;
- b) a estratégia global chinesa de cooperação sul-sul, de modo a maior inserção no Sistema Internacional e impedir a ascensão de projeção de poder de Taiwan e;
- c) a grande necessidade de financiamento de Moçambique, tendo como perspectiva a situação do pós-guerra.

A concretização dos elementos supracitados perpassa por uma diplomacia econômica encabeçada por uma série de financiamentos extremamente competitiva realizada pelo Eximbank, visto que, além de apresentar maiores vantagens financeiras, também não apresenta condicionalidades políticas ou sociais para concessão de empréstimos. Semelhante estratégia fora adotada em Angola — estudo de caso presente no capítulo anterior do presente trabalho.

Deve-se atentar, contudo, que a relação China-Moçambique possui um grande déficit comercial para o país africano, dado que não apenas o número de importação de produtos chineses é muito maior, mas o valor agregado convalida a posição marginal de Moçambique como mero exportador de recursos naturais e energéticos. Ademais, frente à análise de dados disponibilizados pelo Banco Mundial, nota-se uma inconstância do investimento setorial chinês no país africano, não sendo possível averiguar pelos dados disponíveis os grandes efeitos da Parceria Estratégica anunciada anteriormente ou um plano de ação direcionado a algum setor específico.

Por fim, deve-se circunscrever que os desafios da atuação chinesa em Moçambique são compartilhados com demais atores tradicionais presentes no país, haja vista que a situação de pós-guerra não propiciou um ambiente político, institucional e de infraestrutura adequadas para implementar projetos e oferecer uma conjuntura de segurança para a atuação de outras empresas. Ademais, especificamente em relação à China, atenta-se ao fato de que o financiamento propiciado pelo Eximbank e, posteriormente, a *tied aid* condicionada por ele, tem marginalizado a atuação do empresariado moçambicano em projetos que foram financiados pela China.

4.2 A PRESENÇA BRASILEIRA EM MOÇAMBIQUE

A presente seção propõe-se a analisar a inserção brasileira em Moçambique seguindo, para tal fim, o seguinte roteiro: em primeiro momento, será feita uma breve contextualização histórica da relação entre os dois países, percorrendo os principais elementos históricos; no segundo momento, inicia-se uma análise de dados de comércio e investimento, apresentando dados primários do Banco Mundial, da OMC e de consultorias internacionais. A seguir, serão apresentados os principais projetos brasileiros desenvolvidos no país, acompanhado por uma lista das maiores empresas brasileiras que atuam em Moçambique. Procede-se, por fim, aos desafios que o Brasil tem enfrentado no país africano, convergindo para as conclusões preliminares em que será possível tecer um quadro mais amplo do estado da atual relação entre os dois atores.

4.2.1 Breve histórico da atuação brasileira em Moçambique

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique data de 1975, ano em que a independência do país africano é negociada entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e as Forças Armadas de Portugal, após quase uma década de guerras e 63.500 pessoas mortas no conflito (HARTMAN,1984). Cabe destacar que, apesar dos laços históricos comuns — como ambos terem sido colônias de Portugal e terem no português sua língua materna — as relações Brasil-Moçambique foram marcadas por períodos de desconfiança e distanciamento, haja vista que o Brasil pouco auxiliara a FRELIMO em sua luta pela independência (VISENTINI, 2016, p.150). Tal fato somente começou a esmaecer quando do imediato reconhecimento brasileiro ao governo legítimo do MPLA em Angola. No entanto, isso fora insuficiente para promover a relação entre os dois países, especialmente quando levado em conta o alinhamento da FRELIMO à URSS e o fato de que vigorava no Brasil a ditadura militar.

Apenas a partir do fim da guerra civil moçambicana em 1992, coadunada ao fim da Guerra Fria e ao início da redemocratização brasileira que a interação entre os dois países começou a prosperar. Já no início da década de 1990, ocorreu a visita de Collor a Maputo e a atuação de tropas brasileiras em operações de paz no país através da ONUMOZ e, em 1996, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A CPLP, assentada na identidade linguística e relações culturais entre os países membros, tornou-se uma grande via de acesso do Brasil ao continente africano, com destaque à parceria com a Agência Brasileira de Cooperação. De acordo com Visentini (2016, p.150), “Deve ser notado que somente em Moçambique há mais projetos da Agência Brasileira de Cooperação que nos demais Estados da África Austral e Oriental somados”. Atualmente, a CPLP incentiva iniciativas em outros ramos que não apenas o cultural; cooperação técnica, política e econômica são itens indispensáveis em sua pauta, com ênfase à capacitação da mão de obra local em diversos setores da economia moçambicana (FONSECA; ESTEVES; GOMES, 2015). Em 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique no Brasil, 24 anos após a abertura da Embaixada brasileira em Maputo.

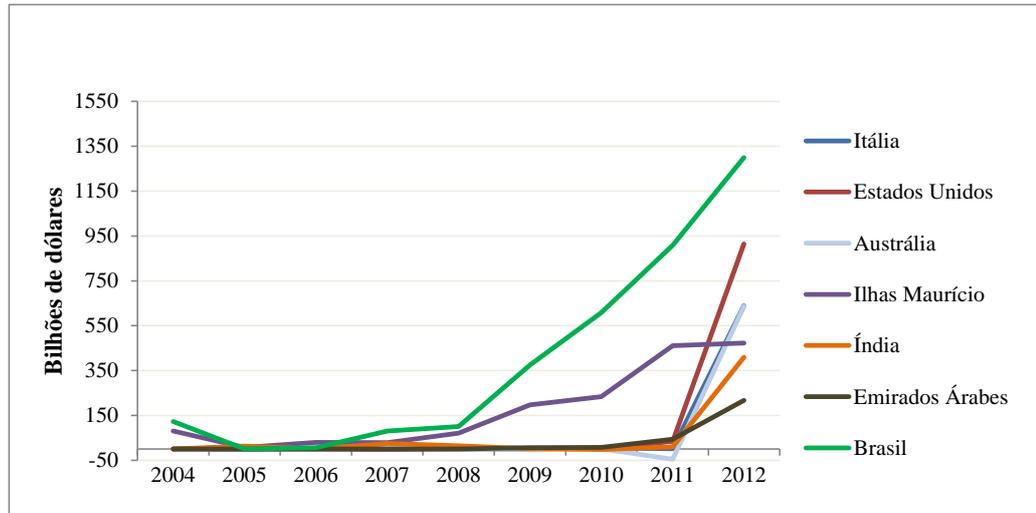
Entre os anos de 2000 e 2004, a relação entre os dois países registrou cinco visitas presidenciais, ora tendo o Brasil, ora tendo Moçambique como país anfitrião; destaca-se que no ano de 2004 foi outorgado o perdão de 95% da dívida pública do país africano, no valor de

US\$ 280 milhões. É durante o governo Lula em que as relações com Moçambique mais se desenvolveram, com destaque à cooperação Sul-Sul e defesa do multilateralismo com o objetivo de maior democratização do Sistema Internacional. Entre 2005 e 2010, há o registro de mais três visitas presidenciais, além de três sessões da Comissão Mista Brasil-Moçambique, responsável por convergir, promover e coordenar a cooperação bilateral entre os dois países. Nos anos subsequentes, ocorreu a visita da Presidente Dilma Rousseff a Maputo em 2011, retribuída com uma visita do Primeiro-Ministro Aires Ali ao Brasil no ano seguinte (BRASIL, 2015).

4.2.2 Comércio e investimento brasileiros em Moçambique

As longas décadas de conflito em Moçambique — delimitadas pela guerra de independência, sucedida pela guerra civil que se estendera até 1992, ano do Acordo Geral de Paz — debilitaram a parca infraestrutura existente e o desenvolvimento de instituições políticas e sociais confiáveis. De acordo com o Índice de Transparência Internacional de 2015, Moçambique ocupa a 112^a posição em um ranking de corrupção composto por 163 países; 180^a posição no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, integrada por 188 países (UNDP, 2015) e; em se tratando de credibilidade financeira, os índices são igualmente graves: um Risco País B e risco de crédito 6 (em que 1 representa menor risco, e 7 o maior risco) (MOZAMBIQUE..., 2015). Essa conjuntura, no entanto, não impediu que o Brasil se tornasse a maior fonte de Investimento Direto Estrangeiro do país desde 2008 (ver gráfico 18).

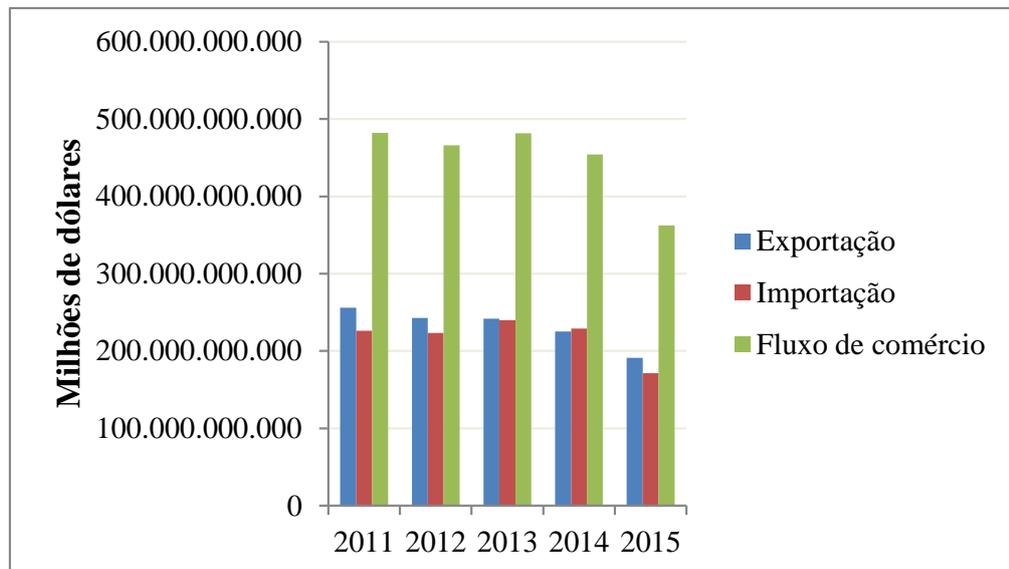
Gráfico 18 - Principais Investimentos Diretos Estrangeiros em Moçambique



Fonte: Adaptada de UNCTAD (2016).

Conforme os dados fornecidos pela UNCTAD (2015), O Brasil destinou um montante acumulado de US\$ 3,5 bilhões no período de 2004 a 2012, valor 72,6% acima do montante acumulado vindo do segundo maior investidor no país. Ademais, ressalta-se que a taxa média de crescimento anual do investimento direto brasileiro cresceu 34% desde 2008, ano em que ocorreu a crise mundial do *subprime* nos Estados Unidos e houve uma contração global da economia no mundo. Alinhado a esses dados, cabe analisar a balança comercial brasileira (ver gráfico 19), majoritariamente superavitária no período de 2011 a 2015.

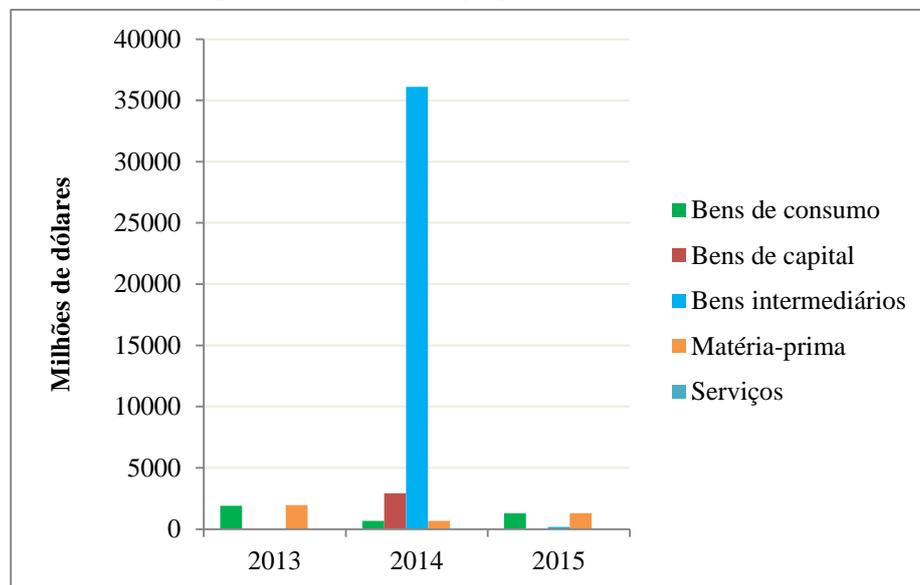
Gráfico 19 - Comércio brasileiro com Moçambique (valores dados em bilhões de dólares)



Fonte: Adaptada de Brasil (2016f).

De acordo com os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (BRASIL, 2015d), o fluxo de comércio entre Brasil e Moçambique foi levemente volátil durante a série analisada (2011 a 2015), visto uma variação de -6,8% anual entre 2011 e 2015, este último sendo o ano de maiores perdas em exportação e importação em relação aos anos anteriores da série. No mesmo ano da queda foi lançado pelo governo brasileiro o Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos (BRASIL, 2015e), com o intuito de promover os setores de construção civil, mineração e energia — âmbitos em que as grandes empresas brasileiras em Moçambique mais atuam. Ademais, o país fora colocado como um mercado prioritário pelo Plano Nacional de Exportação (PNE) no mesmo ano. Em relação aos elementos que compõem a pauta exportadora brasileira para o país africano, destaca-se no último ano: 57% de óleo de soja bruto, 5% de carnes, 4,6% de produtos manufaturados, 2,9% de máquinas e aparelhos agrícolas, 2,5% de móveis, e o restante diversificado entre livros, insumos para padaria, calçados, automóveis e mudas. As exportações moçambicanas — das quais apenas 0,05% destinam-se ao Brasil (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.107) registraram no mesmo período uma parcela de 82% composta por hulhas, fumo (15%) chapas, folhas e tiras de alumínio (1,4%), e demais produtos básicos.

Gráfico 20 - Pauta exportadora de Moçambique para o Brasil (valores dados em milhões de dólares)

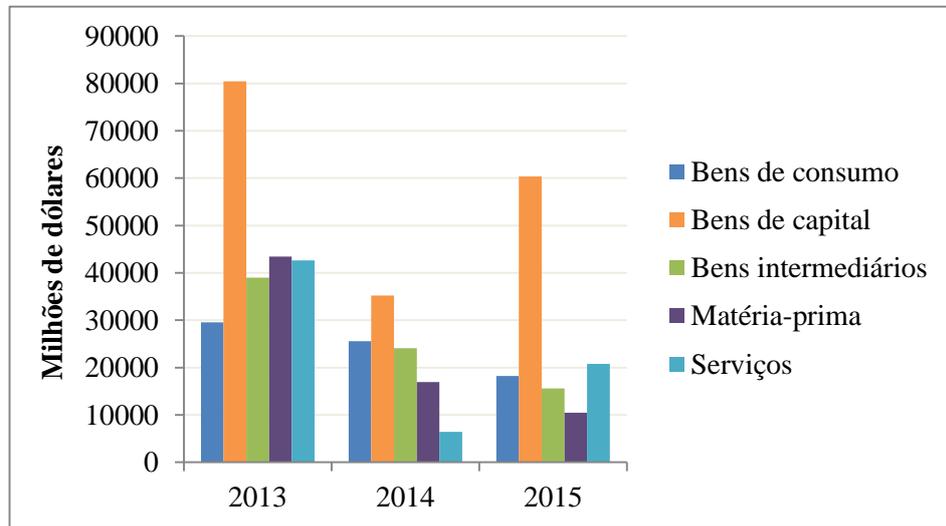


Fonte: Adaptada de WTIS (2016b).

Desse modo, é possível constatar que, apesar de transparecer uma relativa horizontalidade econômica na balança comercial, haja vista a diferença entre exportação e importação não ser tão grande, ressalta-se que a relação Brasil-Moçambique é desequilibrada

em relação aos termos de troca, visto que o Brasil exporta mais bens de capitais e produtos de maior valor agregado do que Moçambique (ver gráficos 20 e 21).

Gráfico 21 - Composição da pauta exportadora brasileira para Moçambique (valores dados em milhões de dólares)



Fonte: Adaptada de WITS (2016c).

Ademais, salienta-se que a maior parte dos investimentos brasileiros em Moçambique destina-se aos setores de infraestrutura, mineração, e energia — alicerces para a reconstrução e modernização do país e setores em que as empresas brasileiras possuem grandes projetos já desenvolvidos.

4.2.3 Projetos

Os projetos brasileiros desenvolvidos em Moçambique ocorrem, em sua maioria, a partir de parcerias entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) — parte integrante do Ministério das Relações Exteriores — e demais empresas ou agências vinculadas ao governo brasileiro, a citar: EMPRAPA, APEX, FIOCRUZ, Vale e Odebrecht. As principais áreas de atuação dos projetos brasileiros ramificam-se em educação, saúde, agricultura, mineração, capacitação técnica da mão de obra local e infraestrutura. Convém destacar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) como principal financiador dos projetos brasileiros em Moçambique; somente em 2014, o BNDES repassou US\$ 320 milhões em favor da Andrade Gutierrez para o desenvolvimento de projetos na área de infraestrutura. Dentre os projetos de maior envergadura, importa notar:

- a) **agricultura:** projeto ProSavana, uma iniciativa trilateral entre Brasil, Japão e Moçambique criada em 2009, utiliza-se da experiência nipo-brasileira da década de 1980¹³ para a implementação de um sistema agrícola produtivo semelhante ao praticado no Cerrado brasileiro, baseado na monocultura voltada para a exportação de commodities ao longo do corredor de Nacala no norte do país (ver Figura 2) (SCHLESINGER, 2014, p. 3). O ProSavana, um dos projetos de maior envergadura entre Brasil, Japão e Moçambique, abarca 14,5 milhões hectares de terra, espalhados em 19 distritos do país (PROSAVANA..., 2016). Atualmente, o projeto vem sendo alvo de críticas por não beneficiar pequenos agricultores, expropriar terras e ter baixa transparência pública (SOCIEDADE..., 2016).



Fonte: DW, 2016.

Outro projeto no ramo de agricultura é o Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze, cujo objetivo é o aperfeiçoamento de tecnologias de produção de algodão utilizando-se, para tal fim, da capacitação técnica

¹³ Na década de 1980, foi implementado no Brasil o Programa Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), uma parceria que foi feita com *holdings* japonesa e brasileira. Tinha como objetivo estimular a produção de alimentos, desenvolver o Cerrado e aumentar a oferta de alimentos no mundo.

fornecida pela Embrapa no país (ABC, 2016). Também é possível citar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo é a expansão da agricultura familiar e redução do índice de pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar (CONAB, 2015). O PAA beneficia cerca de 600 famílias de agricultores, com provável fornecimento de refeições diárias para cerca de 72.000 pessoas em 2013 (PURCHASE..., 2016). Por fim, cita-se o Projeto de Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação Agrária em Moçambique, cuja área de abrangência é todo o território moçambicano; destina-se a incrementar a produção agrícola familiar e coordenar os excedentes produzidos para exportação, além de disseminar tecnologias para a agricultura e pecuária.

- b) **energia:** com o objetivo de abrir o mercado moçambicano para o etanol brasileiro e coadunado ao fato de que o Brasil possui larga experiência na área de biocombustíveis, o BNDES concedeu uma linha de investimentos no valor de US\$ 3,5 bilhões para aprofundar a parceria entre os dois países no desenvolvimento de energias renováveis.
- c) **saúde:** assinatura de seis acordos de cooperação envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação nos ramos de Previdência Social, capacitação educacional de professores, implementação do Banco de Leite Humano e Centro de Lactação; implementação de uma biblioteca e um centro focado à saúde de mulheres, crianças e adolescentes (SCHLESINGER, 2014, p. 6), além de uma linha específica para a capacitação de habilidades agrícolas, destinadas ao melhor aproveitamento de sementes e solos moçambicanos. Fábrica de Antirretrovirais: Instalada na capital do país, a fábrica de antirretrovirais foi instalada em 2012 com estimativa de produção de 371 milhões de unidades de antirretrovirais por ano, beneficiando quase 3 milhões de pessoas portadoras de HIV/AIDS no país (FIOCRUZ, 2016).
- d) **educação:** criação da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique e, por meio de uma parceria da ABC e SENAI, a criação de um Centro de Formação Profissional em Maputo;
- e) **defesa:** compartilhamento de dados do satélite sino-brasileiro; modernização e treinamento das forças armadas moçambicanas, propiciando treinamento em solo brasileiro com academias militares brasileiras; e parcerias estratégicas para o desenvolvimento naval de Moçambique (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 107).

4.2.4 Empresas atuantes

As empresas brasileiras atuantes em Moçambique concentram-se no setor de infraestrutura e mineração, com costume de trabalhar ou diretamente no país, ou indiretamente via aquisição ou participação com atores previamente inseridos (VILAS-BOAS, 2011, p.45). Além de grandes multinacionais, nota-se um progressivo aumento da inserção de pequenas e médias empresas. Dentre os tradicionais atores brasileiros que atuam em solo moçambicano e suas respectivas atividades, é possível citar:

- a) **Vale:** projeto de exploração das reservas de carvão de Moatize; estima-se a criação de 4500 postos de trabalho (CAU, 2011) e a produção anual de carvão de 11 toneladas, tornando-se um dos maiores exportadores de carvão do continente. Outro grande projeto desenvolvido pela empresa é a Linha Ferroviária de Sena e o Corredor de Nacala; salienta-se que, além de projetos voltados para a mineração, a Vale também desenvolve projetos de cunho social, como o de reforma do Hospital Provincial do Tete e o Centro de Saúde de Moatize. Estima-se que a empresa emprega mais de 17.000 pessoas no país, composta majoritariamente por moçambicanos (VALE, 2014);
- b) **Odebrecht:** Atuante no setor de infraestrutura, foi responsável pela instalação da usina de Moatize e a construção do aeroporto de Nacala; da mesma forma que demais grandes empresas brasileiras, a Odebrecht capacita a mão de obra local e a utiliza largamente em suas atividades no país;
- c) **Camargo Correa:** Atuante no setor de infraestrutura, fora responsável pelo projeto hidrelétrico de Mphanda Nkuwa no Rio Zambeze (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Atua de forma intensa na indústria de cimento, tendo adquirido 51% de uma empresa moçambicana do setor (VILAS-BOAS, 2011, p.45);
- d) **Eletróbrás:** atuante no setor de infraestrutura com enfoque à transmissão de energia, a empresa desenvolve desde 2010 projetos de construção de linhas de transmissão de alta tensão no país, além de uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 1.500 MW no norte do país (ELTROBRÁS, 2012);

- e) **TV Globo e Record:** Atuantes no setor televisivo, ambas disputam mercado desde o início dos anos 2000 em Moçambique; com grande participação das telenovelas, auxiliam a difundir a cultura e os costumes brasileiros para a população local.

4.2.5 Desafios

A atuação brasileira em Moçambique possui fortes alicerces sociais e políticos; a inserção de grandes cadeias televisivas brasileiras no país possibilitou cada vez mais o intercâmbio de costumes e assimilações culturais que poucos países fora da África lograram obter no país até então. Ademais, a atuação das empresas brasileiras destaca-se pela qualidade e prazo de execução das obras entregues, utilização e capacitação da mão de obra local — características que endossaram, com o passar do tempo, a tradicional inserção brasileira em Moçambique. No entanto, a margem de atuação das multinacionais brasileiras tem sofrido progressivo recuo desde o início dos financiamentos chineses no país. Conforme aponta Miguel Peres em entrevista concedida à Defesanet (EMPREITEIRAS...,2014), diretor-superintendente da Odebrecht em Moçambique, “É como se os chineses jogassem a primeira divisão e nós [brasileiros], a segunda, quando o assunto é crédito à exportação de bens e serviços”. Semelhante constrangimento fora identificado no estudo de caso em Angola, no capítulo anterior do presente trabalho. A partir da estratégia de “*Going out*” chinesa posta em prática no fim dos anos de 1990, a capacidade das empresas chinesas, sobretudo as do ramo de construção civil, viu-se estruturada por fortes e rápidos financiamentos advindos do Eximbank Chinês. O BNDES, principal fonte de financiamento dos projetos brasileiros no país, não tem conseguido obter semelhante ritmo de aprovação e implementação de financiamentos e montante de investimentos disponível.

4.2.6 Conclusões preliminares

Pode-se concluir que apesar dos laços culturais e históricos de Brasil e Moçambique, as relações entre esses dois países iniciaram com uma relativa desconfiança, dada a conjuntura em que o Brasil pouco apoiara a FRELIMO em sua luta por independência no país. A interação diplomática começou a ganhar relevância quando da redemocratização brasileira e fim da guerra civil em Moçambique, datadas no início dos anos de 1990. A partir de então, buscou-se uma interação cada vez mais horizontal, focada no desenvolvimento e

solidariedade entre os dois povos e na consolidação da parceria estratégica. Relevante para o escopo do presente trabalho foi analisar a interação quando do reconhecimento brasileiro da independência de Moçambique em 1975, com destaque a partir do Acordo de Paz em 1992. Desse marco temporal em diante, as relações adquirem uma importância cada vez mais estratégica, haja vista os seguintes elementos:

- a) a criação da CPLP em 1996 e;
- b) a intensificação das relações a partir do governo Lula.

Em se tratando do primeiro aspecto, conclui-se que a CPLP é uma grande via de acesso do Brasil ao continente africano, possibilitando a expansão de seu objetivo primário de intercâmbio cultural, para um meio de incentivo de parcerias comerciais e políticas. O segundo elemento diz respeito ao reposicionamento brasileiro frente à África, ao construir uma agenda africanista de peso e prioritária para o Brasil, inserindo-o de maneira mais estratégica.

É preciso atentar, contudo, que a relação entre os dois países tem adquirido um caráter de déficit comercial para Moçambique desde o ano de 2015, visto que o Brasil não apenas exporta mais do que importa, mas o caráter dos termos de troca é mais diversificado e com maior valor agregado do lado brasileiro. Apesar disso, a relação não perde seu caráter horizontal e preocupação com o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul, principalmente quando colocado em perspectiva os diversos projetos nas áreas de saúde, redução da pobreza, fome e analfabetismo que o governo brasileiro e demais multinacionais brasileiras têm desenvolvido no país. Associado a isso, outro elemento preocupante diz respeito à expansão de linhas de crédito brasileiras para o desenvolvimento de projetos, visto que costumam ter uma projeção aquém da esperada quando comparada às linhas de crédito disponibilizadas pelos chineses. Estima-se que Brasil e China tendem a competir de maneira cada vez mais acirrada por projetos de infraestrutura e mineração, dado que são os setores em que mais atuam.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta: *como se dá a atuação de Brasil e China em Angola e Moçambique no século XXI* ? A hipótese formulada de que as inserções dessas duas potências emergentes pode vir a ser antagônica em longo prazo foi corroborada a partir do seguinte roteiro: em primeiro lugar, a pesquisa concentrou esforços em construir uma perspectiva histórica das presenças brasileira e chinesa na África de modo a ser possível inferir uma estratégia de longo prazo e; em segundo lugar, buscou-se averiguar mais a fundo a dinâmica desses dois países em Angola e Moçambique, visto que estes se apresentam como as duas maiores economias dentre os países africanos de língua oficial portuguesa. Tendo isso em mente, buscou-se a elaboração de um panorama geral (África) e específico (Angola e Moçambique) acerca da projeção de poder do Brasil e da China nessa região.

Deste modo, iniciou-se a perspectiva histórica da parte oriental, e se averiguou que as relações nada têm de contemporâneas: há registros arqueológicos que interações desde 202 a.C., época da fundação da dinastia Han. Por questões didáticas e tendo como propósito final a análise no marco cronológico do século XXI, a pesquisa deslocou seu escopo temporal para a fase iniciada em 1949, quando da declaração de independência da República Popular da China. Deste ponto em diante, observou-se como os condicionantes da Guerra Fria e a Revolução Cultural cujo fim formal ocorrera em 1969 impactaram sobremaneira na relação com a África, dado que, em primeira instância, os constrangimentos estruturais da época se traduziram em apoio chinês a determinadas causas revolucionárias, mas sem grandes envolvimento diretos, dado o caos interno político e social gerado pela Revolução Cultural. Ademais, deve-se ter em perspectiva que o apoio estava disposto conforme os Princípios para Coexistência Pacífica de Zhou Enlai e a Conferência de Bandung, esta símbolo do movimento dos países não alinhados. Em uma fase seguinte, a Política Externa Chinesa adquire maior pragmatismo tendo como argumento central a Teoria dos Três Mundos de Mao Tsé-Tung e, anos mais tarde, na série de reconhecimentos diplomáticos de países africanos tendo como diretriz a política de “Uma China” — uma forma de barrar a ascensão de Taiwan no Sistema Internacional. Como fruto dessa parceria, destacou-se o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em 1971, com 26 dos 76 votos favoráveis oriundos de países africanos. O caráter estratégico da relação com a África sofreu, contudo, um leve recuo em anos posteriores, haja vista que a ascensão de Deng Xiaoping promoveu uma abertura econômica e

modernização tecnológica que se associara mais intensamente aos EUA e URSS, deixando o continente africano em segundo plano. No entanto, em pouco tempo a aproximação fora retomada com vigor, inaugurando a fase cuja principal característica foi a premente necessidade chinesa de apoio internacional frente ao ostracismo promovido pelo Ocidente a partir dos eventos da Praça Tian'an'men em 1989. Diante desse isolamento da comunidade internacional que a África voltou a figurar como um elemento fundamental para o soerguimento chinês e, para não apresentar o continente africano como mero ator passivo de interesses externos, era de grande valia inclusive para as elites africanas a associação com a China, visto as não condicionalidades políticas para liberação de financiamento além de a de “Uma China”, ou seja, o país receptor do financiamento não poderia reconhecer Taiwan como um Estado independente. Deve-se salientar que a não condicionalidade que a China apresentara a colocou em situação de imediato destaque frente aos atores tradicionais, haja vista que os ditames do FMI, Banco Mundial e demais vertentes que se alimentavam de Bretton Woods apregoavam uma série de medidas de austeridade e direitos humanos para a aprovação de investimentos, posicionamento que pouco agradava as elites africanas.

Associado aos elementos supracitados, averiguou-se que a relação sino-africana também fora condicionada pelo fim da autossuficiência petrolífera chinesa em 1993, visto que o Império do Meio, além de a necessidade primeira de alimentar o ciclo de desenvolvimento econômico e produtivo nacional, buscava outras fontes de fornecimento de petróleo fora do Oriente Médio, haja vista a conjuntura de instabilidade política regional e a forte atuação de empresas dos Estados Unidos nessa localidade. Decorreu, desse modo, uma verdadeira diplomacia energética chinesa na África, com um crescimento do comércio entre os dois lados no valor de 431% de 1989 a 1997 e o lançamento da política de “*Going out*” da China. No início do milênio, uma série de mecanismos institucionais fora criado, com destaque para o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), responsável por encabeçar uma série de megaprojetos, acordos multilaterais e financiamentos na casa dos bilhões de dólares para diversos países africanos. Contudo, questiona-se o nível do controle do PCC sobre os negócios desenvolvidos na África; constatou-se que há uma série de atores envolvidos, tais como empresas estatais e privadas com suas próprias “políticas externas”, bem como a atuação de sublideranças de províncias da China que possuem maior peso político dentro do governo chinês que, desse modo, conseguem ter seus objetivos individuais atendidos mais facilmente.

A perspectiva histórica da parte brasileira iniciou pelo amplo reconhecimento das interações entre os dois lados do Atlântico a partir do século XVI, quando do sistema

escravagista que alicerçava as dinâmicas econômicas do mundo até então, fato que tornara o Atlântico Sul como o principal centro dinâmico à época. Por questões didáticas e tendo como propósito final a análise no marco cronológico do século XXI, a pesquisa deslocou seu escopo temporal à fase iniciada em 1960, ano em que é lançada a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros. A partir dela, a atuação diplomática do Brasil priorizou as relações com o Terceiro Mundo; a autodeterminação e não intervenção — elementos que se traduziriam para a relação Brasil-África como uma linha de apoio aos movimentos anticolonialistas na ONU. Esta fase de florescimento da ampliação brasileira em demais regiões do mundo que não os centros dinâmicos globais foi rapidamente substituída com o Golpe Militar de 1964, que inaugurara o período do regime militar que se estendera até 1985. Em sua fase imediata, o regime militar abandonou as diretrizes da PEI e, conseqüentemente, atenuou as relações com os africanos, que em um breve momento durante o governo Costa e Silva fora retomada, mas sendo incapaz de imprimir uma diferença relevante. A África somente retornou à pauta com o governo Médici — quando da necessidade eminente de recursos energéticos e mercados para sustentar o desenvolvimento industrial brasileiro no ritmo do “milagre econômico”. É nessa época que grandes empresas brasileiras começaram a se internacionalizar na África, a notar: a então Vale do Rio Doce, Braspetro, Mendes Jr. e Odebrecht. Deve-se atentar que dois grandes eventos na conjuntura internacional constrangeram a maior aproximação Brasil-África durante a década de 1970, sejam eles os choques de petróleo de 1973 e de 1979. No governo subsequente, averiguou-se o aprofundamento da política africanista brasileira, com destaque para a ampliação do número de embaixadas no continente e a primeira visita de um chefe de Estado à África.

No governo que o precede, um importante mecanismo multilateral foi criado para instrumentalizar as relações diplomáticas com o continente africano: a CPLP que, inicialmente, fora guiada por um caráter de intercâmbio cultural e educacional e que viria a expandir-se para facilitação de questões políticas e comerciais e; a ZOPACAS, esta colocada como um dispositivo de alinhamento político e estratégia comum para os dois lados do Atlântico Sul. O ápice das relações Brasil-África dá-se, contudo, com o governo Lula, visto ser a fase do renascimento africano na política externa brasileira com forte direcionamento à cooperação Sul-Sul, combate à pobreza e à fome, além de união de esforços para o fortalecimento da multipolaridade no Sistema Internacional. A partir de Lula, o fluxo comercial com o continente africano mais do que quadruplicou e houve o aprofundamento do intercâmbio educacional e técnico entre os dois lados do Atlântico Sul. No governo seguinte, o de Dilma Rousseff, observou-se uma contenção da continuidade do governo Lula

(CORNETET, 2014) ainda que tenha havido o protagonismo em grandes projetos, como o ProSAVANA em Moçambique. A partir de Dilma, a tendência do fluxo de comércio Brasil-África iniciou uma forte queda, finalizando o governo com um fluxo de comércio abaixo do registrado em 2004.

Após a longa recapitulação histórica acerca das presenças de Brasil e China no continente africano, a pesquisa se propôs a analisar a atuação dessas duas potências emergentes em dois estudos de caso específicos: Angola e Moçambique. Esta escolha, conforme pontuado na introdução deste trabalho, deveu-se a estas serem as maiores economias dentre os países africanos de língua oficial portuguesa, e estarem inseridos em estratégias multilaterais do Brasil e da China em suas respectivas políticas para a África. Deste modo, averiguou-se que a presença chinesa em Angola remonta ao período de guerras com Portugal, quando grupos de libertação nacional objetivavam por um fim ao domínio colonial da época. Alcançada a independência em 1975, Angola se viu posteriormente em um contexto de guerra civil entre os movimentos de independência, sejam eles o MPLA, a FNLA e a UNITA. A China procurou conter a ascensão da projeção de poder da URSS e manter uma postura pragmática; tal afirmativa se alicerça no fato de que o apoio chinês mudava rapidamente de acordo com o grupo de independência que estava na vanguarda, demonstrando pouco cuidado quanto à possível perda de credibilidade que poderia sofrer frente a essa inconstância de apoio prestado. De acordo com a pesquisa realizada, isto de fato aconteceu, principalmente no momento pós-independência em que a China tentou se posicionar como uma mediadora entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. As relações apenas se normalizaram em 1983 — ano em que os chineses reconheceram a legitimidade do governo do MPLA em Angola. Cabe destacar, no entanto, que dada à condição de guerra civil que se instaurara no país até 2002, ano do Acordo de Paz de Luanda, as relações sino-angolanas adotavam um *low profile*. A partir do Acordo de Paz e, em um plano mais amplo, a criação do FOCAC, ocorreu uma inflexão da China e teve início a fase de pesados investimentos em infraestrutura para reconstrução do país em troca de acesso a recursos energéticos, conhecida como o engenhoso *Angola Mode*, ideal para um Estado de alto risco país e por outro lado, um Estado que precisava assegurar novas e seguras fontes energéticas para o seu desenvolvimento a longo prazo. Argumenta-se, desse modo, que a atuação chinesa em Angola priorizou a questão energética e, deste modo, securitária chinesa. Ademais, quando analisada a balança comercial entre os dois países e o portfólio de investimento chinês no país, conclui-se que o mote “petróleo por infraestrutura” também possui outra externalidade: o grande peso do papel de instituições financeiras da China em securitizar os projetos e projeção de poder

chinesas na África. Não há outra instituição ou banco estrangeiro que tenha disponibilizado semelhante montante que o Eximbank chinês para o continente africano, e para Angola especificamente, como fizera o Império do Meio. Além das não condicionalidades já mencionadas, o Eximbank fornece empréstimos e financiamentos com uma taxa de juros abaixo da praticada no mercado, além de possuir maior tempo de carência. Em se tratando de aspectos comerciais, é notório o superávit comercial para Angola, visto que de 2011 a 2015 a China participou aproximadamente com 85% em importações de Angola no fluxo comercial entre os dois países. Ademais, configurou-se como um dos maiores investidores no país, com amplo destaque para o setor de infraestrutura, atingindo a margem de US\$ 90 bilhões em 2015, seguida pelo setor de energia, com cerca de US\$ 60 bilhões. O portfólio de investimentos da China é amplo: atua no setor de tecnologia, agricultura, químico, finanças e metais. Conforme já fora dito anteriormente, a premente necessidade chinesa por recursos energéticos fez com que ela adotasse uma forte diplomacia energética no continente africano; de acordo com dados disponibilizados pelo *World Integrated Trade Solutions*, Angola é uma das principais origens de importação de petróleo da China, tornando-se a quarta mais importante do mundo e a maior da África.

Os projetos averiguados na pesquisa confirmam a grande margem de atuação chinesa no país, haja vista que existe uma cláusula de financiamento para Angola em que estipula que 70% dos empréstimos chineses que tenham relação com infraestrutura devam ser reservados para empreiteiras chinesas. Isto fez com que estas dominassem o mercado de construção civil, principal setor responsável pela reconstrução e modernização do país em situação de pós-guerra. Isto tem colocado demais atores tradicionais na retaguarda, incluindo o Brasil.

Da parte brasileira em Angola, diferentemente do que ocorrera com a China, o reconhecimento do governo legítimo do MPLA fora concedido imediatamente após a independência, em 1975. Esta agilidade foi compreendida a partir do teor anticolonialista da política externa brasileira à época e pelo fato de que Angola era um país rico em recursos energéticos que, quando posto em perspectiva a crise de petróleo de 1973, possibilitou entender a importância angolana no cenário brasileiro, dada a forte dependência de petróleo do Oriente Médio até então. Um dos primeiros elementos concretos foi a instalação da Petrobrás em 1979 em Angola, ano em que se conflagrou o segundo Choque de Petróleo. De acordo com a revisão histórica, quatro impulsos de aproximação com o país africano podem ser percebidos, sendo o mais relevante deles o que converge com o ápice da política africanista que o Brasil desenvolvera a partir do Governo Lula, caracterizada pela expansão de acordos econômicos, educacionais, comerciais e diplomáticos, com destaque para o

estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Angola em 2010. Da parte financeira, a pesquisa averiguou que, da mesma forma como ocorreu com a China, o Brasil investe pesadamente no setor de infraestrutura, propiciado por linhas de crédito concedidas pelo BNDES desde 1980; pode-se dizer que a estratégia brasileira de financiamento possui muitas similitudes com a da chinesa, visto que não impõe condicionalidades políticas para concessão de empréstimos; a principal diferença entre elas — e a que imprime grande vantagem competitiva para os chineses — é fato de Eximbank ter um montante de capital disponível muito superior a de qualquer outro banco atuante em continente africano e melhores taxas de juros; além disso, a agilidade com que concede os financiamentos e, *a posteriori*, a velocidade com que os projetos são finalizados garantem uma larga vantagem para a presença chinesa quando comparada aos demais atores tradicionais atuantes no país. Diferentemente do que ocorre com a China, a balança comercial Brasil-Angola é deficitária para Angola: as exportações brasileiras superam as importações angolanas e são mais diversificadas, ainda que em termos comparativos não apresente muito valor agregado, o que sugere parcialmente uma relação mais horizontal do que a típica centro-periferia do capitalismo financeiro. Quando comparados os projetos das duas grandes potências emergentes em Angola, averiguou-se que ambas atuam em larga escala no setor de infraestrutura para reconstrução do país, com destaque para a habitação, a energia e a saúde. No entanto, o Brasil se destaca nos projetos desenvolvidos ao investir na capacitação técnica da mão de obra local a ser utilizada por grandes empresas brasileiras que atuam em Angola. Este, inclusive, é um dos maiores desafios que a China enfrenta tanto em Angola quanto em Moçambique, dado que emprega largamente mão de obra chinesa gerando uma percepção negativa na sociedade angolana, visto que pouco auxilia para a redução do desemprego e puxa a média salarial para baixo, à medida que o salário médio de um chinês em Angola é muito inferior aos salários pagos para os angolanos. Ademais, diferenças culturais e linguísticas têm dificultado a maior aceitação da comunidade chinesa, ainda que a China tenha aumentado suas parcerias educacionais via Instituto Confúcio. É possível concluir neste estudo de caso que a atuação brasileira tende a ser mais calcada nos valores de cooperação Sul-Sul e horizontalidade, enquanto que a atuação chinesa busca vantagens comparativas em financiamento e condições especiais de implementação de projetos. A atuação do Brasil, apesar de não ter o peso econômico e a capilaridade da China, está mais voltada para os valores de horizontalidade e desenvolvimento mútuo do que a chinesa, ainda que esta se coloque como uma parceria *win-win* e tenha gerado ganhos inquestionáveis para o soerguimento angolano pós-guerra. Isto se afirma a partir da constatação do baixo índice de mão de obra local empregada pelas empresas chinesas e a

baixa capacitação técnica que oferecem aos angolanos no geral. As diferenças culturais, para além da percepção da sociedade angolana frente aos chineses, produz uma diferente forma de projetos; um exemplo disso foi a série de cidades-satélites construídas pela China ao redor de Luanda que, seguindo os moldes homéricos de infraestrutura chineses e o parco acesso de serviços públicos, criou verdadeiras cidades fantasmas.

O segundo estudo de caso específico da pesquisa destinou-se a averiguar as atuações do Brasil e da China em Moçambique. Da parte chinesa, tal como ocorrera com a atitude brasileira em Angola, ocorreu o imediato reconhecimento da independência de Moçambique quando esta fora declarada em 1975. Em paralelo com o país lusófono mencionado, a atuação chinesa fora guiada por conter a ascensão de projeção de poder da URSS e por um pragmatismo traduzido em apoio a diferentes grupos de libertação nacional e, tal como fora averiguado no estudo de caso anterior, houve relativa perda de credibilidade, sobretudo quando posto em perspectiva as diferenças ideológicas frente ao movimento de libertação nacional em Angola e demais discordâncias da atuação chinesa no entorno asiático, a notar: o apoio a Pol Pot e a atuação chinesa no Vietnã. Deste modo, a relação China-Moçambique encontrou-se estagnada nas primeiras décadas e fora agravada pela guerra civil no país africano que terminaria apenas em 1992. Desta década em diante, de início do processo de apaziguamento no país mais a estratégia de “*Going out*” chinesa, Moçambique passou a receber massivos financiamentos de empresas chinesas que viam no país uma grande oportunidade para se internacionalizarem e assegurarem novos mercados externos. A pesquisa averiguou que, em termos financeiros, a balança comercial sino-moçambicana acumulou quase US\$ 13 bilhões entre 2011 e 2015, montante pouco expressivo frente a demais atores que atuam no país e quando comparado à atuação chinesa em Angola. Outros índices econômicos apontam um grande peso das importações chinesas no fluxo comercial com Moçambique, responsáveis por 82% dessa dinâmica entre 2013 e 2015 e uma grande diferença da composição da pauta exportadora entre eles: da parte chinesa, exporta-se bens de maior valor agregado, como veículos, partes de conjunto elétrico de automóveis e bens de capital e, do lado africano, exporta-se, sobretudo, madeira, vegetais e minerais. Esta composição impõe uma relação econômica de baixa horizontalidade e com déficit comercial para Moçambique, sinalizando para o binômio Centro-periferia presente no capitalismo mundial. Ademais, conforme análise do destino de investimento chinês no país, foi difícil traçar uma estratégia de atuação chinesa pontual tal como ocorrera em Angola; os investimentos são esparsos e de curto prazo, não traduzindo o estabelecimento de Parceria

Estratégica até então. Concluindo, os projetos desenvolvidos no país e as empresas atuantes atuam em larga escala nas áreas de florestamento, infraestrutura e mineração.

Da parte brasileira, por outro lado, repetindo a linha de atuação em Angola, as diretrizes de cooperação sul-sul, horizontalidade e desenvolvimento guiaram sua inserção. Isto se traduziu em uma preocupação muito maior em áreas como educação, saúde e combate à pobreza e à fome, com destaque para o desenvolvimento de centros de capacitação técnica da mão de obra local. Historicamente, a relação Brasil-Moçambique foi calcada já quando de sua independência em 1975 e, de maneira semelhante a da China, o pioneirismo não significou imediata parceria, haja vista o descontentamento da FRELIMO em relação ao Brasil por este ter prestado pouco auxílio em sua luta de independência e; mais amplamente, à guerra civil que eclodira em seguida, com desfecho apenas em 1992. Deste ano em diante, a atuação brasileira ganhou maior relevância destacadamente pela importância da CPLP e ONUMOZ. A partir dos anos 2000, a intensificação das relações teve como pontos de destaque o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique, além de uma série de visitas presidenciais. A pesquisa averiguou que, em termos financeiros, o Brasil se destacou como um dos principais investidores diretos no país, ultrapassando a marca de US\$ 1 bilhão em 2012. Entre outros elementos, averiguou-se que a pauta exportadora brasileira para Moçambique era composta em sua maioria por óleo de soja, carnes, e uma pequena parcela de produtos manufaturados, máquinas e aparelhos agrícolas, enquanto que a pauta exportadora moçambicana com destino para o Brasil é composta majoritariamente por fumo e tiras de alumínio. Salienta-se, no entanto, que apenas 0,05% das exportações de Moçambique são destinadas ao mercado brasileiro. Ainda que a balança comercial seja deficitária para o país africano, deve-se destacar que os termos de troca não são tão díspares em sua maioria. Além disso, o que o Brasil mais “exporta” é capital concretizado na realização de megaprojetos que, como pontuado anteriormente, convergem para a área de agricultura, saúde e educação, obviamente estando presentes em demais setores, como o de infraestrutura e mineração. Neste sentido, cabe semelhante conclusão feita no primeiro estudo de caso: a China insere-se de maneira mais pragmática e, quando comparada ao Brasil, com uma visão de cooperação sul-sul distinta da utilizada pela parte brasileira, haja vista que esta imprime mais esforços em saúde, educação e cooperação técnica do que a parte chinesa. É evidente que o aspecto cultural facilita uma inserção (ou percepção) diferenciada do Brasil sobre a sociedade moçambicana, mas não é o único fator determinante dessa discrepância.

Assim sendo, percebe-se que a análise dos estudos de caso específicos incita a discussão acerca da ascensão de potências emergentes frente à histórica situação de

dependência que antes se encontravam. Embebida da vertente de Política Econômica Internacional, averiguou-se que a projeção de poder está calcada, em primeira instância, em compreender que o poder diz respeito à influência sobre um determinado resultado, não unicamente na capacidade em si; contemporaneamente, isso diz respeito à capacidade de empresas transnacionais de afetar as preferências finais de um Estado. Contemporaneamente, há dois principais elementos responsáveis pelo retraimento do Estado, sejam eles: tecnologia e finanças que, associada à capacidade de criar crédito, imprimem uma vantagem competitiva relevante. Difícil este argumento não nos rememorar quanto ao papel do Eximbank na larga projeção de poder da China sobre o continente africano. Em relação a Angola e Moçambique, vê-se claramente que a partir do fim dos anos de 1990, quando da política de *Going Out* mais o direcionamento da internacionalização de empresas chinesas e os fortes investimentos garantidos pelo FOCAC, a China adquire larga vantagem sobre os demais atores internacionais presentes no continente, sobretudo quando visto que as grandes empresas chinesas (em sua maioria estatais) têm uma forte linha de financiamento assegurada como estratégia de inserção na África. Este aspecto é relevante para refletir quanto à dificuldade brasileira em conseguir mais projetos nos países supracitados, ainda que ofereça obras com qualidade superior e as arestas linguísticas e culturais sejam muito menores.

Em um enquadramento maior de crise de crédito no mundo e retraimento global da economia, os países capazes de levar a cabo investimentos de risco a regiões com grande demanda por bens e serviços — como os de pós guerra recentes, a notar Angola e Moçambique — são os que melhor conseguem estabelecer a comunicação entre as três dimensões importantes na Política Econômica Internacional, sejam elas: Estado-Estado, empresa-empresa e, com destaque, a Estado-empresa, traçando a diplomacia triangular que consolida a presença de multinacionais e assegura mercados frente aos demais competidores. Como é possível concluir, isto torna cada vez mais tênue a formulação de uma política externa isenta de interesses privados. Da parte brasileira, desde o fim da década de 1970 é possível notar a instrumentalização da política externa com fins de busca de mercados no continente africano, a notar com a instalação da Petrobras em Angola em 1979. Evidente notar, entretanto, que cada país tem uma forma distinta de inserção, ou melhor, de *permeabilidade* com as grandes empresas, haja vista que possuem diferentes formas e níveis de institucionalização. Certo é, contudo, que o Estado não se configura como um ator unitário e central para o funcionamento da economia mundial.

Conclui-se, deste modo, que o possível antagonismo futuro entre as atuações de Brasil e China nos países supracitados deve ser analisado sob a ótica da dinâmica do capitalismo

financeiro atual e como está moldando as possibilidades de inserção de grandes potências em mercados ávidos por bens de serviços em situação de pós-guerra. Por fim, para dar continuidade à agenda de pesquisa, sugere-se o aprofundamento do impacto do BNDES e do Eximbank chinês em promover a projeção de poder de Brasil e China respectivamente em mercados externos; ademais, cabe investigar os impactos econômicos da presença chinesa no continente africano.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; RAMPINI, João Marcos. A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma Visão Comparada. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 81-112.
- AFRICA'S Largest Oil Producers Cut by Moody's After Review. **BLOOMBERG**, S.I., 29 abr. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/gpXS306vgSE>>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **African Economic Outlook 2016** . 2011. Disponível em: < <http://ow.ly/v0n2306uTSn>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. **Angola**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/UEkn306vfka>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- ALDEN, Chris. **China in Africa**. New York: Zed Books, 2008.
- ALDEN, C.; ROQUE, P. Prudência, Compromisso e Colaboração. In: ALDEN, C.; CHICHAVA, S. **A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva**. Maputo: IESE, 2012, p.11-32.
- ALVES, Duarte Bué. **A Presença Chinesa em África: o caso de Angola**. Negócios Estrangeiros, n.10, Fev.2007.
- AMADO, Rodrigo. A política externa de João Goulart. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura, 1996. v. 1, p. 283-298.
- BANCO MUNDIAL. **Doing business in a more transparente world 2012 economic profile: Angola – comparing regulation for domestic firms in 183 economies**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://ow.ly/f5Iz306uTWR>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BANCO MUNDIAL. **The Changing Wealth of Nations: Measuring Sustainable Development in the New Millennium**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/2aa4306vfep>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BANCO MUNDIAL. **The World Bank Data Bank: Moçambique**. [S.l.], 2016a. Disponível em: <<http://ow.ly/CECO306vffr>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Moçambique**. [S.l.], 2016b. Disponível em: <<http://ow.ly/cuVL306vfgx>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BANCO MUNDIAL. **Moçambique**. [S.l.], 2016c. Disponível em: <<http://ow.ly/miaz306vfhg>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BOSTEN, Emmy. **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**, 2006. Trabalho apresentado no Asian and Other Drivers of Global

Change, St. Petersburg, 2006. Disponível em: <<http://ow.ly/nMLA306vfBx>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Brasil e China assinam Memorando de Entendimento para alavancar comércio bilateral de serviços**. Brasília, 2016a. Disponível em: <<http://ow.ly/gGHi306vfma>>. Acesso em 31 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Séries históricas**. Brasília, 2016b. Disponível em: <<http://ow.ly/XeaM306vfnB>>. Acesso em 31 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Balança comercial brasileira: países e blocos**. Brasília, 2016c. Disponível em: <<http://ow.ly/xoP8306vfrm>>. Acesso em 31 out. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **República de Angola**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://ow.ly/6RDO306vfue>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **República de Moçambique**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://ow.ly/MAwQ306vfwr>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

BRAUTIGAM, Deborah. **China in Africa: Think again**. 2010. (The European Financial Review). Disponível online em <<http://ow.ly/drfe306vfEg>>. Acesso em 14 out. 2016.

BRITO, Lana. A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil. **Século XXI**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p.1-22, jan-dez. 2010.

BUILDING Angolan-Brazilian Ties on Infrastructure. **INTER PRESS SERVICE**. S.l.,jan. 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/Fuju306vfyu>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex. **Angola and China: A Pragmatic Partnership**, 2008. Trabalho apresentado na CSIS Prospects for Improving U.S. – China-Africa Cooperation, London, 2008.

CAU, Hilário Simões. **A Construção do Estado em Moçambique a as Relações com o Brasil**. 2011. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://ow.ly/TyLf306vhjr>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Centre for Chinese Studies (CCS). **African students in China: an exploration of increasing numbers and their motivations in Beijing**. Stellenbosch: Stellenbosch University, 2012. 36p.
Centre for Chinese Studies (CCS). **China's Interest and Activity in Africa's Construction and Infrastructure Sectors**. Stellenbosch: Stellenbosch University, 2006. 110p.

Centre for Chinese Studies (CCS). **Patterns of Chinese Investment, aid and trade in Mozambique**. Stellenbosch: Stellenbosch University, 2009. 28p.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p.

CHICHAVA, Sergio. Moçambique na Rota da China: Uma oportunidade para o Desenvolvimento? In: DE BRITO, Luís et al. **Desafios para Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2010.

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. **China Global Investment Tracker**. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/MBOZ306vfGC>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CHINA grants tourist destination status to 26 African countries: Action Plan. **XINHUA**, [S.l.], 06 nov. 2006. Disponível em: <<http://ow.ly/hTEg306vfL7>> Acesso em: 22 nov. 2016.

CHINA'S Involvement in Mozambique. **INTERNATIONAL POLICY DIGEST**, [S.l.], 02 ago. 2012. Disponível em: <<http://ow.ly/NPbo306vfNt>> Acesso em: 16 nov. 2016.

CHINA, Mozambique establish comprehensive strategic cooperative partnership. **XINHUA**, [S.l.], 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/aP15306vg4S>> Acesso em: 14 nov. de 2016.

CHINESE Company begins final stage of work on Muxungue-Inchope road in Mozambique. **MACAUHUB**, [S.l.], 2007, 10 jan. 2007. Disponível em: <<http://ow.ly/PXTS306vfP7>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/F15w306vfj9>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CONTRATOS das empresas chinesas de construção no estrangeiro ultrapassaram 100 mil milhões de dólares em 2011. **MACAUHUB**, [S.l.], 2012, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://ow.ly/K0HO306vfRz>> Acesso em: 22 nov. 2016.

CÔRTEZ, Octavio Henrique Dias Garcia. **A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia**. Brasília: FUNAG, 2010. 372p.

CORNETET, João Marcelo. **A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. Revista Conjuntura austral. Vol. Nº 24. Jun-jul-2014).

EMPREITEIRAS competem com chinesas na África. **Defesanet**, [S.l.], 24 jun. 2014. Disponível em: <<http://ow.ly/zkgZ306vg8w>> Acesso em: 17 nov. 2016.

FERREIRA, Manuel E. China in Angola: just a passion for oil? In: ALDEN, C.; Large, D. e Oliveira, R. **China Returns to Africa: a Rising Power and a Continent Embrace**. Hurst: London and Princeton Press, 2008. p.295-317.

FERREIRA, Wallace. **Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”**. Universitas Relações Internacionais,

Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/UjBk306vhbe>>. Acesso em 22 nov. 2016.

FINANCIAMENTO chinês a Moçambique: a outra face da moeda. **DW**, [S.l.], 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/nPsm306vgbN>>. Acesso em 22 nov. 2016.

FONSECA, João Moura M. da; ESTEVES, Paulo Luiz M. L.; GOMES, Geovana Zoccal. **Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/BPB4306vgdB>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. República de Moçambique: quinta avaliação do acordo ao abrigo do instrumento de apoio à política econômica e pedido de modificação de critérios de avaliação. 2013. (Relatório Nacional do FMI, 13/1). Disponível em: <<http://ow.ly/Igv2306vh2e>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **A Fundação**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/rBju306vgfZ>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GAIO, Gabrieli. “Você imaginou. Nós construímos.”: Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infraestrutura angolana. **Observatório Político Sul-americano**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p.1-55, ago. 2012.

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shinguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.12, 1993, p.211-246.

HARTMAN, Tom. **A World Atlas of Military History 1945-1984**. London: Leo Cooper, 1984, 150p.

HENRIKSEN, Thomas. Marxism and Mozambique. **African Affairs**.,(October 1978), “Marxism and Mozambique” *African Affairs*, [S.l.],v. 77, n. 309, p. 441-462, out. 1978.

HIDRELÉTRICA reformada pela Odebrecht em Angola é a segunda maior do país africano. **ESTADÃO**, [S.l.], 20 mai. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/f6Qt306vg6F>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

HILFERDING, Rudolf. **Finance Capital: A Study of the Latest Phase of Capitalist Development**, 10. ed. London: Routledge, 1981, 207p.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 38, n. 1, 1995.

HONG-MING, Zhang. A Política Chinesa na África. In: BELLUCCI, Beluce (org.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes (Educam), 2004. P.233-296.

IGLESIAS, Roberto; COSTA, Katarina. O investimento direto brasileiro na África. **Textos Cindes**, Rio de Janeiro, n.27, p.1-51, dez. 2011.

International Growth Centre (IGC). **Mapa Empresarial de Moçambique**. Londres: International Growth Centre, 2014. 187f.

IPEA; BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: Ipea, 2011.

JACKSON, Steven. China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93. **The China Quarterly**, Cambridge, v.142, n.1, p.388-422, jun. 1995.

KANG, C. David. **China Rising: Peace, power, and order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007, 296p.

KEAT, G. **Southeast Asia: a historical encyclopedia, from Angkor Wat to East Timor**. New York: Abc-clio, 2004, 626p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p: 111-113.

MABUCANHANE, Nelson. A nova era de cooperação Moçambique – China: debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, p.1-33, jul. 2015.

MARCUM, John . **The Angolan Revolution : the Anatomy of an Explosion (1950-1962)**. London: MIT Press, 1969.

MARTINS, José Miguel Q. **Digitalização e Guerra Local como fatores do equilíbrio internacional**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MOÇAMBIQUE: Empresa chinesa ampliou e reabilitou sistema de abastecimento de água de Maputo. **MACAUHUB**, [S.l.], 2008d, 13 out. 2008. Disponível em: <<http://ow.ly/NQgn306vgoY>> Acesso em: 22 nov. 2016.

MONTE, João Bosco. As Relações Brasil X Angola: novo modelo de cooperação. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Vol. 12, No 1, 2010, p. 179-184.

MOZAMBIQUE: Brazil's Camargo Corrêa to build Mphanda Nkuwa dam. **MACAUHUB**, [S.l.], 2008a, 25 jan.2008. Disponível em: <<http://ow.ly/3fUN306vqqZ>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MOZAMBIQUE: Chinese contractor finishes work on bridge over Incomáti river at the end of the month. **MACAUHUB**, [S.l.], 2008c, 03 jan. 2008. Disponível em: <<http://ow.ly/91kL306vgsT>> Acesso em: 22 nov. 2016.

MOZAMBIQUE. **The Economist**, [S.l.], 07 nov. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/YDEI306vg2x>> Acesso em: 16 nov. 2016.

ODEBRECHT. **Obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, em Angola, Chega à Fase Decisiva de Construção**. [S.l.], 2015a. Disponível em: <<http://ow.ly/AReR306vhf3>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **Oil and politics in the the Gulf of Guinea**. Londres: C. Hurs, 2007.

PANKHURST, Richard. **An Introduction to the Economic History of Ethiopia**. 3. ed. London: Lalibela House, 1961, p.268-270.

PIGATO, Me; TANG, W. **China and Africa: Expanding Economic Ties in an Evolving Global Context**. Washington DC: Grupo do Banco Mundial, 2015.

PONTE entre Moçambique e a Tanzânia está pronta, afirma ministro. **MACAUHUB**, [S.l.], 2009e. Disponível em: <<http://ow.ly/Tpyv306vguB>>. Acesso em: 22 nov. 2016

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/2Iqp306vfZb>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PROSAVANA continua a meio-gás em Moçambique. **DW**, [S.l.], 2016b. Disponível em: <<http://ow.ly/W4dH306vgwt>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

PURCHASE FROM AFRICANS FOR AFRICA - PAA ÁFRICA. **PAA ÁFRICA: Parcerias para superar a pobreza rural e erradicar a insegurança alimentar e nutricional**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/NNZW306vhdW>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

RAMO, Joshua. The Beijing Consensus. In: The Foreign Policy Centre. London: Foreign Policy Centre, 2004, p. 1-6.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

ROQUE, Paula. China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study. **China in Africa Project**, Braafomtein, n.23, p.1-20, jan. 2009.

SARAIVA, José F. Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015, 146p.

SARAIVA, José F. Sombra. **O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 280 p.

SCHLESINGER, Sergio. Brazilian Cooperation and Investment in Africa: the case of ProSavana in Mozambique. **TEMPI Series of Economic Perspectives on Global Sustainability**. [S.l.], p.1-31, jan. 2014.

SENNES, Ricardo Ubiraci. Potência média recém-industrializada: parâmetros para analisar o Brasil. **Contexto Internacional**, v. 20, n. 2. 1998, p.385-413.

SILVA, André Luiz Reis da. Interdependência, segurança e desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). In: André Luiz Reis da Silva; Eduardo Munhoz Svartman. (Org.). **A Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)**. 1 ed. Curitiba, 2014, v.1, p.13-49.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Colóquio “Democracia e Desenvolvimento na África”, em Burkina Faso**, 15 jun 2007. Disponível em: <<http://ow.ly/F5zB306vgGz>>. Acesso em 14 de out. de 2016.

SNOW, Edgar. **Red Star Over China**. 4. ed. New York: Random House, 1998.

SUPER Tucano: Angola recebe os 3 Primeiros. **DEFESANET**, Brasília, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/BDOJ306vgJs>> Acesso em: 22 nov. 2016.

SOCIEDADE civil moçambicana quer paralisação do ProSavana. **DW**, [S.l.], 25 jul. 2016a. Disponível em: <<http://ow.ly/8fIM306vgI8>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

TAYLOR, Ian. **China and Africa: engagement and compromise**. New York: Routledge, 2006.

TAYLOR, Ian. **China’s Foreign Policy Towards Africa in the 1990s**. *Journal of Modern African Studies*, New York, v. 36, n. 3, p.443-460, set. 1998.

TAYLOR, Ian. **China’s New Role in Africa**. London: Lynne Rienner Publishers, Inc., 2009.

TEMBE, Paulo; XU, Kangning. China-Africa Economic Cooperation: Chinese Companies’ Contributions to African Development: The Cases of Mozambique and Angola. **Research in World Economy**, Nanjing, v.4, n. 2, p.1-14, jan-dez. 2013.

The Observatory of Economic Complexity (OEC). **Mozambique**. [S.l.]. Disponível em: <<http://ow.ly/vHEQ306wfyk>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

TROCAS comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Janeiro a Agosto de 2016 foram US\$60,231 mil milhões. **MACAU**, [S.l.], 2016, 27 de out. 2016. Disponível em: <<http://ow.ly/X8LZ306vgjU>>. Acesso em 18 nov. 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **UNCTAD’s Bilateral FDI Statistics**. [S.l.], UNCTAD, 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/K1u3306vh9h>>. Acesso em: 22 nov.2016.

VALE. **Conheça nossas operações em Moçambique**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://ow.ly/K8dV306vgzT>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. South South Cooperation, Prestige Diplomacy or “Soft Imperialism”? Lula’s Government’s Brazil-Africa Relations. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./dez. 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Descompasso entre as Nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as Potências emergentes**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013, 248p.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Disponível em: <<http://ow.ly/zwKN306vgR3>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?** Porto Alegre: Alta Books, 2016, 240p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VILAS-BÔAS, Júlia. **A atuação das empresas brasileiras na África no Governo Lula**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011, 57p. Monografia, especialização em Relações Internacionais na Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VOIGT, Marcelo. 2010. **Os impactos dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985)**. 2010. 244 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

XAVIER, Nathaly. 2011. **A Política Externa Chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009)**. 2011. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

WHITE PAPER. **China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)**. Beijing: The State Council the People's Republic of China, 2013.

WONG, Winnie. **Brazilian Foreign Direct Investment in Lusophone Africa: Q2 2008**. Medford: The Fletcher School, 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/Wov2306vgZZ>>. Acesso em: 22 nov. 2016.